



Ofício nº 560/2025

Bauru-SP, 13/05/2025

Assunto: Proposta de Devolução Parcial de Dividendos, Criação de Comitê de Crise com Participação dos Trabalhadores e Medidas Estratégicas para Reequilíbrio Financeiro da ECT

Processo Referência: 009001.000395/2025-71

AO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes
Brasília/DF – CEP 70150-900

Em cópia:

AO EXMO. SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
E MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Palácio do Planalto – Praça dos Três Poderes
Brasília/DF – CEP 70150-900

Ao Excelentíssimo Senhor
Frederico de Siqueira Filho
Ministro das Comunicações
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – Brasília/DF
CEP 70044-900

À Excelentíssima Senhora
Simone Nassar Tebet
Ministra da Gestão e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco K
Zona Cívico-Administrativa
70040-906 Brasília/DF

À Excelentíssima Senhora
Esther Dweck
Ministério da Gestão e Inovação
Esplanada dos Ministérios, Bloco X
Zona Cívico-Administrativa
70040-906 Brasília/DF

Ao Excelentíssimo Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Ala Alexandre Costa Sala 17-B
Brasília/DF CEP 70165-900

Excelentíssimo Senhor
Fabiano Silva dos Santos
Presidente dos Correios
SBN Quadra 01 Bloco A 20º andar
Edifício-Sede dos Correios – Brasília/DF
70002-900

A FINDECT – Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ 59.995.498/0001-12, na qualidade de representante dos 5 (cinco) sindicatos filiados: SINDECTEB/BRU - Sindicato dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de Bauru e Região, CNPJ Nº 50.844.935/0001-22; SINTECT/SP - Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e Zona Postal de Sorocaba, CNPJ Nº 56.315.997/0001-23; SINTECT/TO – Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares no Estado de Tocantins, CNPJ Nº 10.431.410/0001-40; SINTECT/RJ – Sindicato dos Trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ Nº 32.269.706/0001-40; SINTECT/MA – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de

Correios e Telégrafos e Similares no Estado do Maranhão, CNPJ Nº 23.702.137/0001-40 e SINTECT/SANTOS – Sindicato dos Trabalhadores Em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas, Telemáticas, Franqueados e Similares da Região Litoral, CNPJ Nº 57.735.359/0001-24, vem por meio deste, a partir das informações oficiais contidas no Relatório de Avaliação da CGU nº 201700921/2017 (em anexo), apresentar considerações e solicitar providências urgentes para reverter o quadro de deterioração financeira da empresa pública.

Proposta de Devolução Parcial de Dividendos

O referido relatório da Controladoria-Geral da União demonstra que, a partir do exercício de 2013, os Correios passaram a apresentar prejuízos acumulados sucessivos, os quais reduziram o patrimônio líquido em 92,63 % até 2016, comprometendo não apenas a capacidade de investimento como também a própria sustentabilidade do serviço postal universal.

A CGU ainda evidencia que, no triênio de 2011 a 2013, foram distribuídos à União mais de R\$ 2,969 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio, incluindo a antecipação de R\$ 300 milhões em dezembro de 2013, apesar de o exercício ter apresentado prejuízo contábil. Tal retirada de recursos acarretou queda acentuada no capital de giro e redução de investimentos essenciais em tecnologia, infraestrutura e logística, fatores que alimentaram a espiral de endividamento e obrigaram a contratação de empréstimos emergenciais.

3. DESTINAÇÃO DOS LUCROS - O Estatuto Social da ECT determina o percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendos à União. Contudo, tem sido prática a destinação de dividendos na ordem de 50% do lucro, por determinação da União, desde o exercício de 2006. - Em 2011, a empresa obteve um lucro de R\$ 882,7 milhões, sendo que desse total foram deduzidos os ajustes de exercícios anteriores (R\$ 184,0 milhões) e tributos diferidos (R\$ 128,8 milhões) para se chegar ao lucro líquido ajustado, que serve de base para o cálculo dos dividendos. Antes do cálculo dos dividendos devidos (50%), é deduzido ainda 5% referente a reserva legal. Com isso, chegados ao montante de R\$ 541,4 milhões a serem destinados. - O dividendo devido seria de R\$ 270,7 milhões, porém, em setembro de 2011 foi realizada antecipação à União no valor de R\$ 350,0 milhões conforme decisão do Conselho de Administração em 29 de setembro de 2011 por meio do Relatório/CA-048/2011, considerando o lucro apurado até o mês de agosto de 2011 que era na ordem de R\$ 781,3 milhões. Dessa forma, o dividendo fixado no período foi de 358,5 milhões, sendo que R\$ 8,5 milhões foram pagos em 2012. ¹ Pronunciamento Técnico CPC 27 – estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação das mutações nesse investimento e das informações que permitam o entendimento e a análise desse grupo de contas.	- No ano de 2011 foram pagos ainda R\$ 392,8 milhões referente ao dividendo de 2010, R\$ 793,0 milhões referente a reversão de Reserva de Contingência (RTSA), R\$ 55,8 milhões referente ao dividendo de 2009 e R\$ 151,4 milhões referente a atualização monetária, totalizando um valor de R\$ 1.743,0 milhões pagos no ano. - Em 2012, o lucro foi de R\$ 1.044,1 milhões e após dedução da reserva legal, chegamos ao montante de R\$ 991,9 milhões como base para cálculo dos dividendos. O valor calculado e pago foi de R\$ 495,9 milhões, que corresponde a 50% do lucro, sendo que R\$ 400,0 milhões foram adiantados dentro do próprio ano de 2012 (decisão do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2012 por meio do Relatório/CA-045/2012, com base no lucro apurado até o mês de agosto de 2012 que era na ordem de R\$ 944,9 milhões) e o restante, R\$ 95,9 milhões, foram pagos em 2013. - Houve ainda em 2012 a realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes ao exercício de 2011 onde a Administração destinou R\$ 395,4 milhões para pagamento de dividendos, conforme decisão da 6ª Assembleia Geral Extraordinária em 18/10/12. Esse valor, acrescido de juros, mais o adiantamento de R\$ 400,0 milhões no ano, resultou no repasse total de R\$ 825,0 milhões em 2012. No ano de 2013, foram repassados à União quase 100% do lucro líquido do exercício através de um adiantamento de R\$ 300,0 milhões, conforme decisão do Conselho de Administração em 27/12/13, por meio do Relatório/CA-048/2013, considerando a expectativa de lucro para o exercício. Esse montante, somado aos R\$ 95,9 milhões referente ao ano de 2012 mais atualização de R\$ 5,2 milhões, resultou no repasse total de R\$ 401,9 milhões em 2013.
Página 10 do Relatório da CGU (em anexo)	Página 11 do Relatório da CGU (em anexo)

Esses recursos não foram reinvestidos nas áreas de infraestrutura, tecnologia ou capital humano, obrigando a estatal a recorrer a empréstimos emergenciais e aprofundando seu endividamento. Diante desse quadro, é de vital importância que Vossa Excelência solicite ao Poder Executivo Federal a revisão imediata do montante distribuído à União no período de 2011 a 2013, com a consequente devolução parcial desses dividendos:

- Transferência elevada de recursos para a “União” nos três primeiros exercícios do período – Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 foram repassados para a União (controlador), a título de dividendos e juros sobre capital próprio, R\$ 1.743.000.000,00, R\$ 825.000.000,00 e R\$ 401.100.000,00, respectivamente, **totalizando quase 3 bilhões transferidos.** Estes valores transferidos reduziram drasticamente a capacidade de investimento da empresa, e consequentemente, a sua viabilidade econômica financeira.

A recomposição desses recursos no caixa da ECT permitirá a retomada de projetos estratégicos, como a modernização de centros de triagem e a implementação de soluções logísticas inteligentes, sem qualquer prejuízo aos direitos ou benefícios dos empregados, preservando a universalidade dos serviços postais.

Revisão de Contratos e Imunidade Tributária

Em consonância com o relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), solicitamos que sejam revisados contratos de grande vulto e processos licitatórios com o objetivo de reduzir custos administrativos, sem que isso implique em cortes no quadro de pessoal. A CGU reconhece que parte do aumento nas despesas administrativas, especialmente com benefícios pós-emprego, está ligada à obrigatoriedade contábil imposta pela norma CPC 33 (R1), mas também aponta a possibilidade de ganhos de eficiência em áreas como serviços de apoio e contratos terceirizados.

Reforçamos ainda a necessidade de preservar a imunidade tributária recíproca garantida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que permite à ECT economizar cerca de R\$ 18 milhões por ano em tributos como IRPJ, PIS e COFINS, valor que pode variar conforme o faturamento. Todas as propostas aqui apresentadas têm respaldo no Relatório da CGU e visam reequilibrar financeiramente os Correios, assegurando os direitos e empregos dos mais de 83 mil trabalhadores responsáveis pela prestação de um serviço postal público e universal em todo o território nacional.

Papel Social dos Correios

Apesar dessa realidade, os Correios demonstraram seu papel estratégico em momentos de crise. Durante a pandemia de **COVID-19**, sua capilaridade nos 5.570 municípios do país garantiu a distribuição de insumos médicos, documentos oficiais e materiais de proteção. Em 2024, diante de **enchentes no Rio Grande do Sul**, a empresa transportou milhares de toneladas de donativos, e, anos antes, organizou operação similar em Minas Gerais, sem qualquer compensação financeira. Essas ações comprovam o caráter social e a competência logística da ECT.

 agênciaBrasil MG: doações arrecadadas para vítimas de Brumadinho são suficientes Campanha de arrecadação foi suspensa AGÊNCIA BRASIL Publicado em 23/01/2019 - 16:00 Brasil	 Menu Ative nossas notificações METRÔPOLES AO VIVO Influenciadora Virginia Fonseca presta depoimento em CPI das BETs. Acompanhe Últimas notícias Colunistas Brasil DF SP Mundo Entretenimento AO VIVO: acompanhe Os cabeças da Notícia, informação e diversão diretamente dos estúdios da Rádio Metrôpoles Página inicial Janela Indiscreta Janela Indiscreta Correios levaram 325 toneladas em doações a MG após chuvas Batizada de "Solidariedade Expressa em MG", a edição da campanha chegou a transportar 200 toneladas por semana para cidades afetadas Caio Barbieri 13/02/2020 17:02, atualizado 13/02/2020 18:57 Compartilhar notícia WhatsApp Facebook Twitter Telegram Google News Seguir ELIVRA NAGOMITO/PHOTOPRESS/ESTRELA DO CONTEÚDO   Só no Quêbra não gasta de Quêbra Link patrocinado
Desastre ambiental Mariana/MG (2015) e Brumadinho/MG (2019) https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-01/mg-doacoes-arrecadadas-para-vitimas-de-brumadinho-sao-suficientes	2020: 200 toneladas de donativos transportadas por semana https://www.metropoles.com/distrito-federal/correios-levaram-325-toneladas-em-doacoes-apos-chuvas-em-minas

 2020 à 2022: COVID/19 Transporte de insumos e Rede Vírus https://blog.correios.com.br/2021/02/05/rede-virus-como-a-logistica-dos-correios-tem-apoiado-o-combate-a-covid-19/	 2024: Mais de 800 toneladas transportadas para o RS https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/correios-ja-transportaram-800-toneladas-de-donativos-para-o-rio-grande-do-sul
---	---

Medidas Estratégicas para Reequilíbrio Financeiro e Criação de um Comitê de Crise

O mercado de e-commerce brasileiro, estimado em R\$ 235 bilhões para 2025 pelo portal E-commerce Brasil, oferece oportunidade ímpar. A implantação avançada do marketplace público da ECT permite tarifas mais competitivas para pequenos e médios empreendedores, além de programas como o Exporta Fácil, que facilitam envios internacionais. Enquanto isso, o Mercado Livre já supera a Petrobras em valor de mercado, evidenciando o potencial de integração entre logística e comércio digital.

Se os recursos bilionários extraídos pelo Tesouro tivessem sido investidos na estatal, os Correios estariam em posição de protagonismo equivalente ou superior aos grandes players privados.

Adicionalmente, requer-se a revogação imediata da “taxa das blusinhas”, tributo aplicado sobre remessas postais de pequeno valor, de modo a reduzir encargos sobre encomendas internacionais de até US\$ 50. Requer-se também o apoio institucional deste órgão para a aprovação do projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados, que isenta de tributos as compras internacionais de até US\$ 600 por pessoa por ano, alinhando-se às iniciativas de estímulo ao comércio de menor vulto, aumentando a receita dos Correios e ampliando o acesso de consumidores brasileiros a bens importados.

“Taxa das blusinhas”

Desde 1º de agosto de 2024, com a Lei 14.902/24, as compras internacionais pagam Imposto de Importação. A alíquota é de 20% até 50 dólares (a “taxa das blusinhas”). De 50 a 3 mil dólares, sobe para 60% menos 20 dólares.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Nesse contexto, é indispensável a abertura de um canal de diálogo permanente entre a gestão da ECT e seus trabalhadores. Mudanças estruturais só têm efetividade quando debatidas com quem opera a empresa diariamente. A transparência nos dados econômicos, operacionais e atuariais, compartilhados previamente com representantes dos empregados, evita retrocessos e permite a construção de soluções alinhadas à realidade da base.

Para consolidar essa perspectiva participativa, **propomos a criação imediata de um Comitê de Crise** com composição paritária entre a Presidência da ECT, os Ministérios das Comunicações, do Planejamento e da Gestão e a FINDECT. Esse comitê deverá ter acesso irrestrito aos relatórios e indicadores da empresa, realizar reuniões periódicas de acompanhamento, promover audiências regionais de consulta à categoria e divulgar relatórios trimestrais para controle social com diagnósticos claros sobre qualidade, custos e produtividade, coletar propostas da linha de frente e elaborar, em conjunto, um **plano de investimentos em infraestrutura, automação e sistemas de informação**.

PEDIDOS

Em face do exposto, a FINDECT requer **(1)** a revisão imediata e devolução parcial dos dividendos pagos entre 2011 e 2013; **(2)** a destinação dos R\$ 3,8 bilhões captados junto ao New Development Bank para projetos estruturantes na ECT; **(3)** a instituição do **Comitê de Crise** com participação efetiva dos trabalhadores; **(4)** a suspensão de qualquer medida que afete a qualidade dos serviços ou os direitos dos empregados enquanto durar o processo de diálogo; **(5)** apoio institucional na revogação da Lei 14.902/24 (taxa das blusinhas) e na aprovação do PL 1440/25 que isenta de tributos as compras internacionais de até US\$ 600/pessoa/ano, **(6)** e o compromisso formal deste órgão em valorizar os Correios Públicos como referência logística e digital.

Solicitamos a realização de uma audiência/reunião **com a máxima urgência** entre esta Federação e este órgão para tratar destes assuntos e nos colocamos à disposição para colaborar no processo de enfrentamento desta crise, reiterando seu compromisso com a recuperação dos Correios, com a manutenção do caráter público da empresa e com a proteção dos direitos e da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da ECT.

Os Correios são patrimônio público estratégico, vital para a coesão territorial e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Estamos convencidos de que a combinação de investimentos, gestão participativa e respeito aos trabalhadores permitirá recuperar a qualidade do serviço, estimular o crescimento e garantir a sustentabilidade da ECT.

Na certeza de que Vossa Excelência dará acolhida a este pleito, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Assinatura(s)

Documento assinado eletronicamente por **José Aparecido Gimenes Gandara**, em 14/05/2025 às 10:02:24, conforme horário oficial de Brasília.

José Aparecido Gimenes Gandara
Presidente FINDECT/SINDECTEB



As assinaturas eletrônicas constantes deste documento, tem como fundamento: **Lei nº 14.063** de 23 de setembro de 2020; Artigos 107 e 219 da **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002 que Institui o Código Civil; Artigo 10º, §2º da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001** de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço:

<https://findect.sgdd.com.br/api/document/verify/560/395/038a07fae904dd7ef3e4cb97df533bfb7079c33fc21464e649da99ea206f2ab9>



Ministério da Transparência e
Controladoria-Geral da União

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Exercícios 2011-2016

Relatório nº 201700921

Outubro, 2017

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA GESTÃO

Secretaria Federal de Controle Interno

Diretoria de Auditoria de Estatais

Coordenação-Geral de Auditoria de Estatais dos Setores de Logística e Serviços – CGLOG

Órgão: **Ministério dos Transportes**

Unidade Examinada: **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT**

Município/UF: Brasília/DF

Relatório nº 201700921

Missão

Promover o aperfeiçoamento e a transparência da Gestão Pública, a prevenção e o combate à corrupção, com participação social, por meio da avaliação e controle das políticas públicas e da qualidade do gasto.

Avaliação dos Resultados da Gestão

Consiste na avaliação da gestão de órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Federal por meio de um macroprocesso diretamente relacionado ao cumprimento da missão institucional da unidade avaliada.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?

Análise da evolução econômico-financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT nos últimos seis exercícios.

POR QUE A CGU REALIZOU ESSE TRABALHO?

Desde 2013 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT vem apurando seguidos prejuízos contábeis. Desta forma, o trabalho foi elaborado com o intuito de realizar um diagnóstico da situação econômico-financeira da empresa e detectar os principais fatos que impactaram os resultados da unidade de 2011 a 2016, podendo, inclusive, servir de subsídio para o planejamento de futuras ações de controle na unidade.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA CGU? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Verificou-se que no decorrer do período de 2011 a 2016 a empresa apresentou crescente degradação na sua capacidade de pagamento no longo prazo (Liquidez), aumento do endividamento e da dependência de capitais de terceiros, e principalmente, redução drástica de sua rentabilidade, com a geração de prejuízos crescentes a partir do exercício de 2013.

Observa-se que no período, devido ao constante aumento dos Prejuízos Acumulados, o “Patrimônio Líquido” reduziu, em aproximadamente 92,63%. Seguindo esta tendência de geração de “Prejuízo”, considera-se que sem a injeção de recursos por parte do controlador (União), no exercício de 2017, a empresa irá apresentar “Passivo a Descoberto”, e por consequência, agravamento da sua atual situação econômica financeira.

Se medidas efetivas não forem tomadas, no curto prazo, para ampliação da receita e redução dos custos, principalmente em relação aos Benefícios Pós-Emprego, constata-se que a empresa irá se tornar gradativamente dependente de recursos transferidos pela “União” para o seu custeio, transformando-se, portanto, em uma empresa dependente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA	8
3. DESTINAÇÃO DOS LUCROS	10
4. ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	12
4.1. BALANÇO PATRIMONIAL - BP	12
4.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	28
4.3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	35
4.4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	39
4.5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	41
5. CONSTATAÇÕES - FATORES QUE IMPACTAM A ATUAL SITUAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	44
6. MEDIDAS DE CURTO E LONGO PRAZO PROPOSTAS PELA EMPRESA	45
7. RECOMENDAÇÕES	48
8. CONCLUSÃO	48
9. ANEXOS	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANS: Agência Nacional de Saúde Suplementar

ARG: Avaliação dos Resultados da Gestão

BP: Balanço Patrimonial

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DFC: Demonstração do Fluxo de Caixa

DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE: Demonstração do Resultado do Exercício

DVA: Demonstração do Valor Adicionado

ECT: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IRPJ: Imposto de Renda Pessoa Jurídica

LOA: Lei Orçamentária Anual

LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal

PIS: Programa de Integração Social

PREVIC: Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SA: Solicitação de Auditoria

SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira

SPE: Sociedades de Propósito Específico

STF: Supremo Tribunal Federal

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

DEST: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

UPU: União Postal Universal

INTRODUÇÃO

O exame visa analisar a evolução econômico-financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS – ECT, entre os anos de 2011 a 2016, buscando identificar os fatores que possam estar vinculados aos prejuízos apurados nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016 e a respectiva degradação de sua liquidez, rentabilidade e viabilidade econômica, abrangendo os seguintes aspectos:

- Desempenho empresarial e resultados da gestão à luz dos objetivos estabelecidos para a ECT, por ela própria e pelo Ministério supervisor;
- Metas empresariais, eficiência da gestão e sustentabilidade;
- Estratégia empresarial;
- Gestão de risco;
- Distribuição de dividendos;
- Causas do desempenho insuficiente da Companhia.

Para este fim foram utilizados os demonstrativos contábeis e suas respectivas notas explicativas, dos exercícios de 2011 a 2016, publicados no site www.correios.gov.br, a seguir elencados:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC.

Quando se analisam demonstrações contábeis de uma empresa, principalmente quando se relacionam dois ou mais exercícios, a variação do nível de poder aquisitivo da moeda, ao longo do tempo, torna-se um problema.

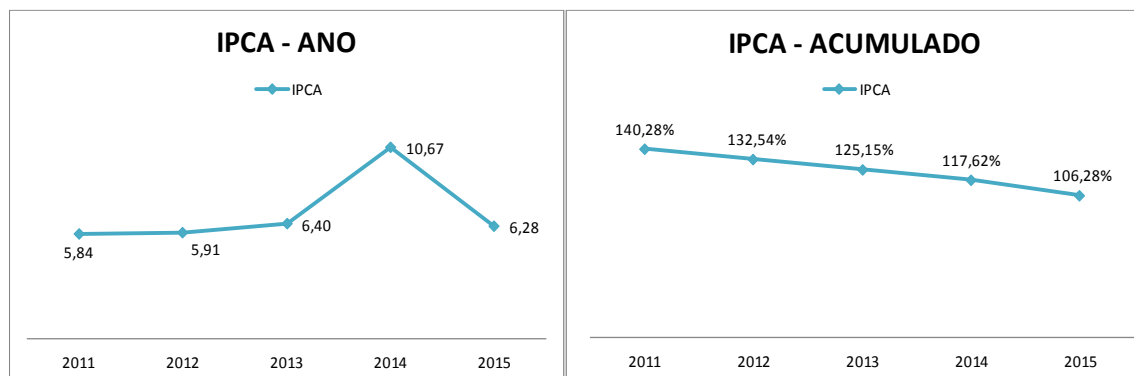
A comparação de valores em épocas distintas não oferece base confiável para a verificação do desempenho real ocorrido, dado que a instabilidade monetária depreciou o poder de compra da moeda, ocasionando, consequentemente, um incremento artificial (aparente) desses valores.

Portanto, para o cálculo da evolução real os valores a serem comparados devem estar expressos em moeda de mesma data, isto é, de mesmo poder de compra.

Diante do exposto, torna-se clara a necessidade de dispensar um tratamento mais adequado aos valores contábeis, com o objetivo de torna-los mais depurados das variações de preços verificadas no período. O critério a ser utilizado deve basear-se, evidentemente, nas características de formação dos diversos valores registrados nos demonstrativos financeiros. Em muitos momentos, por desconhecer essas informações básicas pelas demonstrações formalmente publicadas, o analista terá de adotar critérios mais subjetivos, procurando empiricamente taxas médias de correção.

Nesse sentido, os valores constantes dos demonstrativos contábeis foram atualizados do final de cada ano base até 31 dezembro de 2016, segundo os valores acumulados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA), conforme a tabela a seguir:

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo				
ANO	Fator de Atualização	Ano (%)	Fator Ano	Acumulado (%)
2011	1,0140	5,84	1,0584	140,28%
2012	1,0133	5,91	1,0591	132,54%
2013	1,0125	6,40	1,0640	125,15%
2014	1,0118	10,67	1,1067	117,62%
2015	1,0106	6,28	1,0628	106,28%



2. VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

1. No decorrer do período de 2011 a 2016 a empresa tem apresentado crescente degradação na sua capacidade de pagamento no longo prazo (Liquidez), aumento do endividamento e da dependência de capitais de terceiros, e principalmente, redução drástica de sua rentabilidade, com a geração de prejuízos crescentes a partir do exercício de 2013.
2. Neste período, a “Margem Bruta” reduziu, praticamente, pela metade, decorrente de um aumento médio anual da “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços”, de aproximadamente 6,34%, bem menor do que o aumento médio anual do “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”, de aproximadamente 11,34%. Esta tendência, se não revertida, leva a redução gradativa da “Margem Bruta” e ao aumento crescente do prejuízo. Em todo o período, mesmo a “Margem Bruta” sendo decrescente, o “Lucro Bruto” apresenta-se sempre positivo, porém, decrescente até o exercício de 2015.
3. Ressalta-se, que no exercício de 2016 a “Margem Bruta” apresentou crescimento, de aproximadamente 9,14%, devido a um crescimento menor do “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”, de aproximadamente 4,49%, em relação ao crescimento da “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços Prestados”, de aproximadamente 5,17%.
4. Entretanto, esta pequena reversão na tendência de evolução da “Margem Bruta não apresenta capacidade, no curto prazo, de absorver a crescente “Despesa Operacional”, que tem gerado gradativa redução na “Margem Operacional”, com resultados negativos crescentes entre os exercícios de 2013 a 2015. No exercício de 2016 a “Margem Operacional” apresentou pequena melhora, porém ainda negativa, devido, principalmente ao reconhecimento dos ganhos contingenciais com PIS, COFINS e IRPJ, ocasionados pela assunção da imunidade tributária recíproca.

5. A deterioração da “Margem Operacional”, no período, deve-se ao crescimento elevado das “Despesas Gerais e Administrativas”, principalmente após o exercício de 2013, em função do reconhecimento do benefício pós-emprego.
6. Benefícios pós-emprego são benefícios que os empregados têm direito a receber quando se aposentarem, composto, basicamente, por serviços médicos para eles e seus dependentes e previdência complementar.
7. A exigência para o reconhecimento dessa obrigação pela empresa foi normatizada por meio da NBC TG 33 (R2) que recepcionou o pronunciamento técnico CPC 33 R1 – benefício a empregados, tornando sua adoção obrigatória para os Correios.
8. No período, o “Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro” apresenta-se decrescente até o exercício de 2015, sendo positivo nos exercícios de 2011 e 2012, e negativo no restante do Período.
9. A “Margem Líquida”, no período, também apresenta resultados decrescentes até o exercício de 2015, tornando-se negativos a partir do exercício de 2013, entretanto, melhores do que os apresentados pela “Margem Operacional”. Este fato é ocasionado pelo superávit decrescente apresentado pelo “Resultado Financeiro”.
10. Ressalta-se, que a partir do exercício de 2016 a “Margem Líquida”, e por consequência o “Resultado”, deverão apresentar uma melhora devido ao reconhecimento da imunidade tributária recíproca.
11. Nesse sentido, a adoção plena da Imunidade Tributária Recíproca, a partir do ano de 2017, trará como impacto imediato, a redução da carga tributária das contribuições sociais ao PIS e à COFINS, visto que a Empresa passará a tributar a totalidade do seu faturamento pelo regime cumulativo, resultando em uma redução da despesa tributária em aproximadamente R\$ 18 milhões anuais, podendo este valor variar proporcionalmente ao faturamento auferido.
12. Por outro lado, as tratativas relativas a recuperação dos créditos tributários (IRPJ, PIS e COFINS) ativados no Balanço de 31/12/2016, referentes aos últimos 5 anos, estão sendo conduzidas primeiramente na esfera administrativa. Destaca-se, no entanto, que o rito do Processo Administrativo Fiscal pode chegar a 5 anos, assim, não se pode afirmar em quanto tempo a empresa será ressarcida dos tributos pagos indevidamente, ou ainda se este mérito será alcançado apenas no âmbito judicial.
13. No Período em análise, a empresa somente apresentou “Lucro Líquido” no exercício de 2011 e 2012, com o restante do período apresentando “Prejuízo”. Este “ Lucro Acumulado” foi utilizado, em grande parte (mais de 50%), nos três primeiros exercícios do período (2011 a 2013), diretamente ou através de reversão de reservas, para pagamento de “Transferências para a União” (Juros sobre Capital Próprio e Dividendos), inclusive no exercício de 2013, que apresentou prejuízo. O restante foi utilizado, juntamente com reversão de parte das reservas, para aumento do Capital Social.
14. No restante do período (exercícios de 2014 a 2016), parte do “Prejuízo Acumulado” foi absorvido pela reversão total do restante dos saldos existentes das reservas.

Mesmo assim, no exercício de 2016, o saldo de “Prejuízo Acumulado” apresenta-se maior do que o saldo do “Capital Social”, em aproximadamente 7,43%.

15. Neste exercício, o saldo do “Patrimônio Líquido” somente é positivo devido ao fato de o saldo da conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial” (que evidencia valores de contrapartida correspondentes a adoção inicial do CPC 27¹, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis), apresentar-se superior, em aproximadamente 13,17%, o saldo da conta “Outros Resultados Abrangentes” (que evidencia mudanças no valor presente da obrigação de Benefício a Empregados CPC 33 (R1). Neste mesmo exercício, a empresa foi obrigada a obter empréstimos/financiamentos para reforçar o “Caixa”, aumentando a liquidez imediata.
16. Pelo exposto, observa-se que no período, devido ao constante aumento dos Prejuízos Acumulados, o “Patrimônio Líquido” reduziu, em aproximadamente 92,63%. Seguindo esta tendência de geração de “Prejuízo”, considera-se que sem a injeção de recursos por parte do controlador (União), no exercício de 2017, a empresa irá apresentar “Passivo a Descoberto”, e por consequência, agravamento da sua atual situação econômica financeira.
17. Se medidas efetivas não forem tomadas, no curto prazo, para ampliação da receita e redução dos custos, principalmente em relação aos Benefícios Pós-Emprego, constata-se que a empresa irá se tornar gradativamente dependente de recursos transferidos pela “União” para o seu custeio, transformando-se, portanto, em uma empresa dependente.

3. DESTINAÇÃO DOS LUCROS

1. O Estatuto Social da ECT determina o percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendos à União. Contudo, tem sido prática a destinação de dividendos na ordem de 50% do lucro, por determinação da União, desde o exercício de 2006.
2. Em 2011, a empresa obteve um lucro de R\$ 882,7 milhões, sendo que desse total foram deduzidos os ajustes de exercícios anteriores (R\$ 184,0 milhões) e tributos diferidos (R\$ 128,8 milhões) para se chegar ao lucro líquido ajustado, que serve de base para o cálculo dos dividendos. Antes do cálculo dos dividendos devidos (50%), é deduzido ainda 5% referente a reserva legal. Com isso, chegados ao montante de R\$ 541,4 milhões a serem destinados.
3. O dividendo devido seria de R\$ 270,7 milhões, porém, em setembro de 2011 foi realizada antecipação à União no valor de R\$ 350,0 milhões conforme decisão do Conselho de Administração em 29 de setembro de 2011 por meio do Relatório/CA-048/2011, considerando o lucro apurado até o mês de agosto de 2011 que era na ordem de R\$ 781,3 milhões. Dessa forma, o dividendo fixado no período foi de 358,5 milhões, sendo que R\$ 8,5 milhões foram pagos em 2012.

¹ Pronunciamento Técnico CPC 27 – estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, bem como a divulgação das mutações nesse investimento e das informações que permitam o entendimento e a análise desse grupo de contas

4. No ano de 2011 foram pagos ainda R\$ 392,8 milhões referente ao dividendo de 2010, R\$ 793,0 milhões referente a reversão de Reserva de Contingência (RTSA), R\$ 55,8 milhões referente ao dividendo de 2009 e R\$ 151,4 milhões referente a atualização monetária, totalizando um valor de R\$ 1.743,0 milhões pagos no ano.
5. Em 2012, o lucro foi de R\$ 1.044,1 milhões e após dedução da reserva legal, chegamos ao montante de R\$ 991,9 milhões como base para cálculo dos dividendos. O valor calculado e pago foi de R\$ 495,9 milhões, que corresponde a 50% do lucro, sendo que R\$ 400,0 milhões foram adiantados dentro do próprio ano de 2012 (decisão do Conselho de Administração em 27 de setembro de 2012 por meio do Relatório/CA-045/2012, com base no lucro apurado até o mês de agosto de 2012 que era na ordem de R\$ 944,9 milhões) e o restante, R\$ 95,9 milhões, foram pagos em 2013.
6. Houve ainda em 2012 a realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes ao exercício de 2011 onde a Administração destinou R\$ 395,4 milhões para pagamento de dividendos, conforme decisão da 6ª Assembleia Geral Extraordinária em 18/10/12. Esse valor, acrescido de juros, mais o adiantamento de R\$ 400,0 milhões no ano, resultou no repasse total de R\$ 825,0 milhões em 2012.
7. No ano de 2013, foram repassados à União quase 100% do lucro líquido do exercício através de um adiantamento de R\$ 300,0 milhões, conforme decisão do Conselho de Administração em 27/12/13, por meio do Relatório/CA-048/2013, considerando a expectativa de lucro para o exercício. Esse montante, somado aos R\$ 95,9 milhões referente ao ano de 2012 mais atualização de R\$ 5,2 milhões, resultou no repasse total de R\$ 401,9 milhões em 2013.

DIVIDENDOS CALCULADOS E PAGOS À UNIÃO 2011 A 2013

<i>Em milhões</i>				
Descrição	2011	2012	2013	Total
Resultado do Exercício	882,7	1.044,1	325,3	2.252,1
Resultado Reapresentado	882,7	1.113,3	-312,5	1.683,5
Lucro Líquido Ajustado - Reserva Legal (5%)	541,4	991,9	308,3	1.841,6
Dividendos obrigatórios (25%)	135,4	248,0	77,1	460,4
Dividendos Devidos (50%)	270,7	495,9	154,1	920,8
Dividendos Calculados	358,5	495,9	300,0	1.154,4
JCP (Juros s/ Capital Próprio)	204,5	239,6	206,8	650,9
Parcela do Resultado do Exerc.	154,0	256,3	93,2	503,6
Dividendos Pagos (Caixa)	1.743,0	825,0	401,1	2.969,0
Dividendos ano anterior	392,8	403,9	95,9	892,7
Atualização	13,8	21,0	5,2	40,0
Reversão Reserva Contingência	793,0			793,0
Dividendos 2009	55,8			55,8
Atualização	137,6			137,6
Adiantamento Dividendos	350,0	400,0	300,0	1.050,0

4. ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

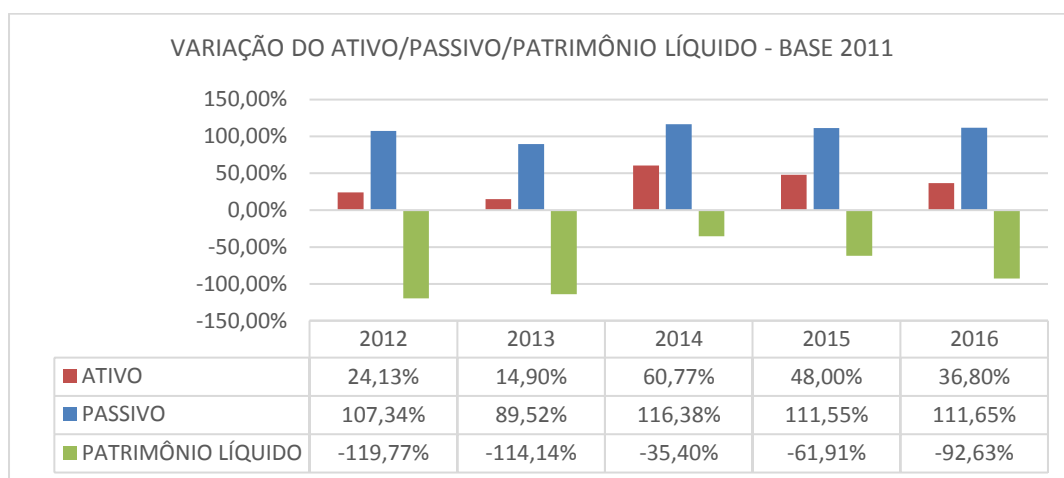
Os procedimentos aplicados, ao longo desta ação de controle, levaram aos achados apresentados abaixo. A íntegra da manifestação dos gestores encontra-se em anexo, com as respectivas análises do controle interno, as quais encontram-se consolidadas no presente relatório, conforme a seguir:

4.1. Balanço Patrimonial - BP.

1. Para cada exercício compreendido entre o Período de 2011 a 2016 foi realizada Análise Horizontal e Vertical em todas as contas do Balanço Patrimonial, assim como, uma análise na evolução dos Índices de Liquidez e de Endividamento.

Visão Geral

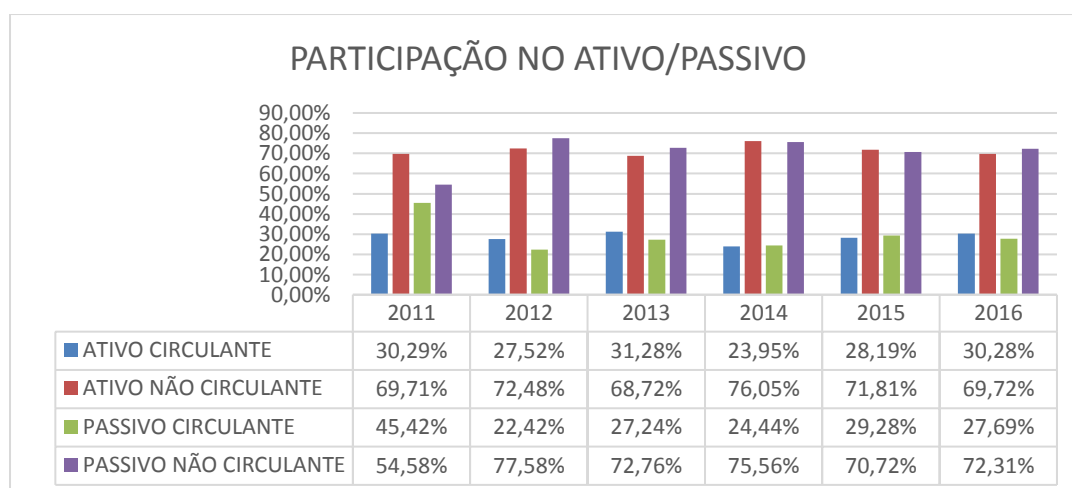
2. Através da Análise Horizontal, para o período em referência (2011 a 2016), observa-se que o Ativo apresentou um crescimento de 36,80% (Circulante com crescimento de 36,75% e o Não Circulante com crescimento de 36,82%), o passivo um crescimento de 111,65% (Circulante com crescimento de 29,02% e o Não Circulante com crescimento de 180,42%) e o Patrimônio Líquido um decréscimo de 92,63%, conforme o gráfico a seguir:



3. Neste período (2011 a 2016), o Ativo apresentou crescimento, relativo ao ano anterior, no exercício de 2012 (24,13%), em função principalmente do reconhecimento dos tributos diferidos provenientes do benefício pós-emprego, ocasionada pela mudança de política, conforme CPC 23, que ocorreu no exercício de 2014, com reapresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2012 e 2013, e no exercício de 2014 (39,92%), influenciado principalmente pelo reconhecimento do custo atribuído (avaliação a valor justo) dos ativos imobilizados e propriedades para investimento na data da adoção inicial das normas internacionais.
4. O Ativo apresentou decréscimo, relativo ao ano anterior, nos exercícios de 2013 (7,44%), 2015 (7,94%) e de 2016 (7,56%), influenciados principalmente pela redução significativa nas aplicações financeiras de longo prazo, decorrente do pagamento do

distrato do banco postal, dos acordos coletivos de trabalho e dos repasses para cobertura de despesas com o plano de saúde dos empregados.

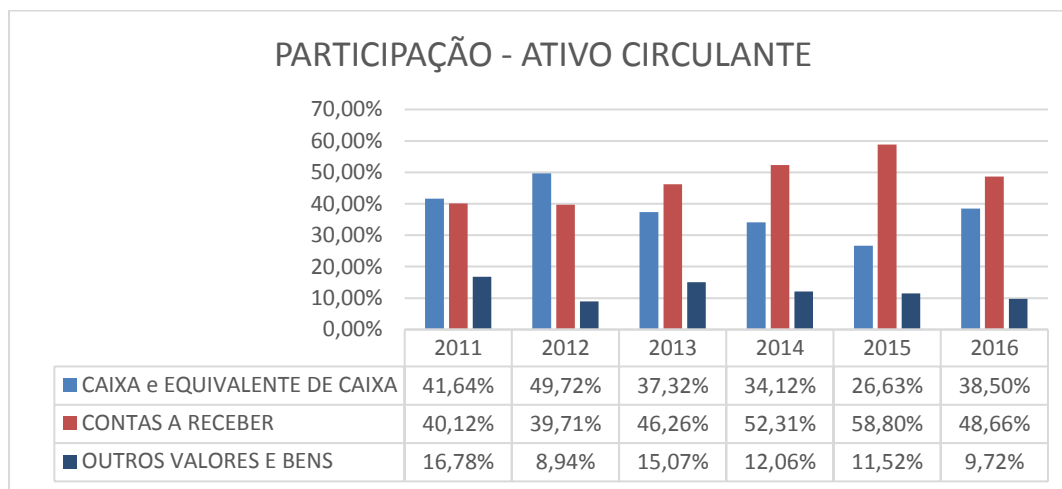
5. O Passivo apresentou crescimento, relativo ao ano anterior, no exercício de 2012 (107,34%), devido principalmente ao reconhecimento retroativo do benefício pós-emprego (mudança de política contábil), e no exercício de 2014 (14,17%), ocasionado principalmente pelo reconhecimento do passivo diferido (Tributos Diferidos) referente ao custo atribuído no passivo não circulante. No exercício de 2016 o passivo permaneceu praticamente constante, apresentando pequeno crescimento (0,05%).
6. O Passivo apresentou decréscimo no exercício de 2013 (8,60%), ocasionado principalmente pela redução na obrigação do benefício pós-emprego (saúde), decorrente da adoção das premissas atuárias com o reconhecimento de prejuízos acumulados (reapresentação das Demonstrações Contábeis anteriores), e no exercício de 2015 (2,23%), ocasionado principalmente pelas reduções nas obrigações financeiras a pagar, referente ao pagamento do distrato do banco postal, e em todas as rubricas de benefício pós-emprego, em função da alteração de premissas financeiras (taxa de desconto).
7. O Patrimônio Líquido apresentou decréscimo no exercício de 2012 (119,77%), devido, principalmente, ao reconhecimento retrospectivo da mudança de política com a evidenciação do benefício pós-emprego, e nos exercícios de 2015 (41,03%) e 2016 (80,65), devido principalmente ao reconhecimento dos prejuízos dos exercícios.
8. O Patrimônio Líquido apresentou acréscimo no ano de 2013 (28,48%), em função, principalmente, ao aumento do Capital Social e a redução dos outros resultados abrangentes (redução na obrigação do benefício pós-emprego), e no exercício de 2014 (556,80%), com destaque ao reconhecimento do Ajuste de Avaliação Patrimonial, ou seja, contrapartida do reconhecimento do custo atribuído (avaliação a valor justo) dos ativos imobilizados e propriedades para investimento na data da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
9. Pela Análise Vertical, observa-se que mesmo o Passivo apresentando um crescimento desproporcional em relação ao ativo, para o período em referência (2011 a 2016), a participação entre o Circulante e o Não Circulante, tanto no Ativo como no Passivo, se manteve em média na proporção de 1/3 e 2/3, respectivamente, conforme o gráfico a seguir:



10. Esta relação é observada, principalmente quanto ao Passivo, a partir do exercício de 2012, devido ao reconhecimento do Benefício Pós-Emprego, que gerou uma migração das dívidas de curto prazo para o longo prazo. Contudo, se desconsiderarmos essa obrigação, verifica-se uma migração das dívidas de longo para o curto prazo.

Ativo Circulante

11. Pela análise vertical, para o período em referência (2011 a 2016), observa-se que as contas do Ativo Circulante com maior materialidade são “Caixa e Equivalente de caixa”, “Contas a Receber” e “Outros Valores e Bens”, conforme o gráfico a seguir:

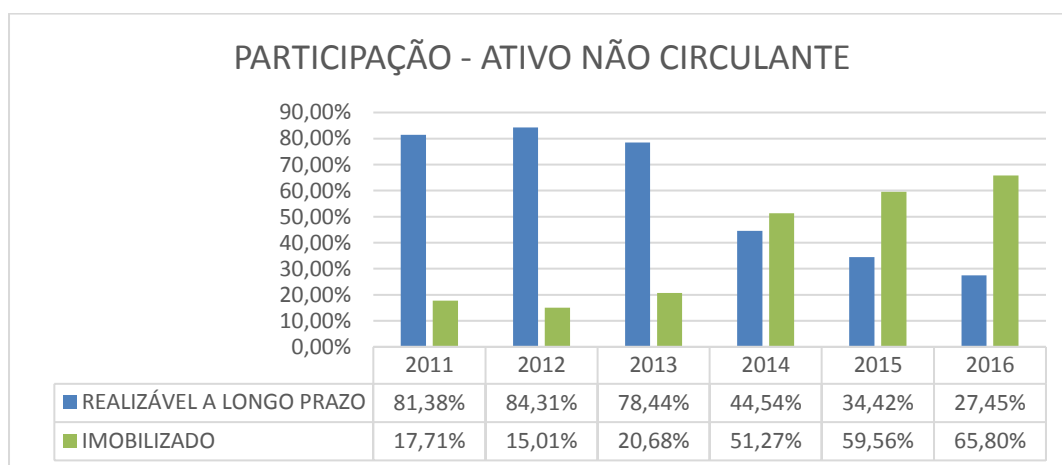


12. Pela Análise Horizontal, para o período em referência (2011 a 2016), a conta “Caixa e Equivalente de caixa” teve crescimento de 26,45% na sua participação no Ativo Circulante, decorrente do aumento de 122,69% da subconta “Caixa”, do aumento de 26,82% da subconta “Aplicações” e da redução de 31,41% da subconta “Bancos”.
13. O acréscimo expressivo no grupo “Contas a Receber”, de 65,85%, foi influenciado por valores a receber de clientes diretos (serviços faturados e a faturar) e valores a receber provenientes da prestação de serviço internacional. No entanto, a redução de 47,05% na rubrica de serviços internacionais em 2016, deve-se, principalmente, ao recebimento de um débito do Correios Chinês, da ordem de R\$300 milhões, bem como, uma redução de 4,06% na rubrica de serviços faturados em relação ao ano anterior.
14. A ampliação elevada do Crédito (Contas a Receber), neste período, não impactaram negativamente na capacidade de pagamento no curtíssimo prazo, pois as “Contas a Receber” dos Correios é de curto prazo (até 40 dias aproximadamente). O aumento do Ativo circulante, na integralidade, tem o potencial de elevar a Liquidez e o Capital Circulante Líquido, que representa o excedente das aplicações a curto prazo em relação às captações de recursos processadas também a curto prazo.
15. Neste período, ressalta-se que as subcontas “Estoque”, “Adiantamentos” (Adiantamento Salarial, Adiantamento de Férias e Demais Adiantamento) e “Outros Créditos” (Vale Postal Internacional – Importação, Outros Débitos de Terceiros, Outros Débitos de Empregados e Venda de Imóveis Funcionais) tiveram crescimento de 74,68%, 34,46% e 21,68%, respectivamente. Estes aumentos tem o potencial de representar uma elevação nos custos operacionais da empresa.

16. A elevação da subconta “Estoque” deve-se ao aumento significativo em materiais para consumo e materiais para revenda (selo, envelope, caixa de encomenda, etc). A elevação da subconta “Adiantamentos” foi influenciada por adiantamentos de férias (trata-se do salário referente ao mês de férias, que é pago ao empregado em conjunto com o adicional de férias, mas descontado o valor em 5 parcelas a partir do retorno do período de fruição, para que o empregado não fique sem recebimento). Com relação ao aumento na rubrica “outros créditos”, essa foi influenciada pela reclassificação de valores a receber de multas aplicadas a fornecedores, antes registrada como uma redutora do valor a pagar a fornecedores.

Ativo Não Circulante

17. Pela análise vertical, observa-se que as contas do Ativo Não Circulante com maior materialidade são “Realizável a Longo Prazo” e “Imobilizado”, conforme o gráfico a seguir:



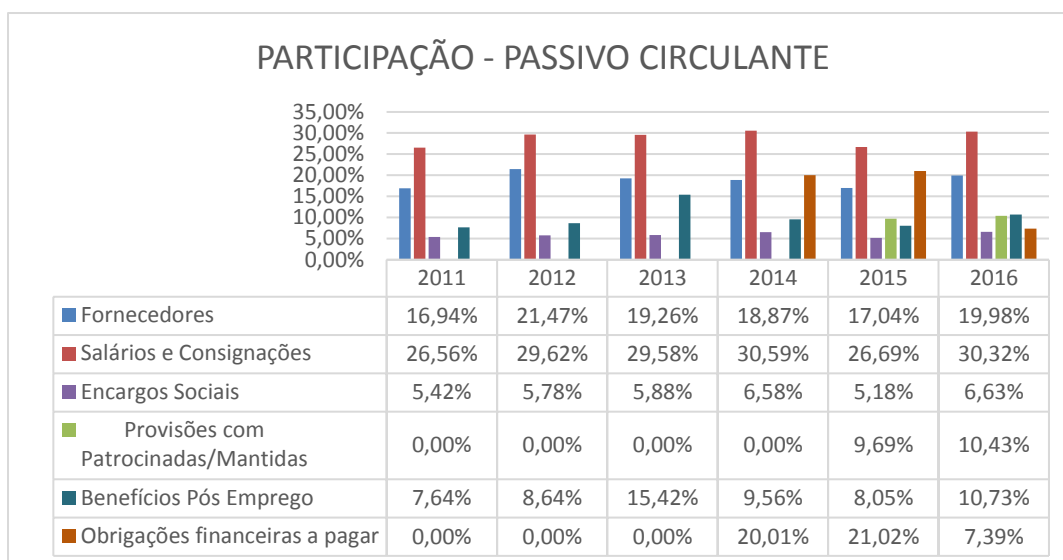
18. Pela análise horizontal, para o período em referência (2011 a 2016), a conta “Realizável a Longo Prazo” teve redução expressiva na sua participação no Ativo Não Circulante devido principalmente, a um decréscimo de 92,53% na subconta “Aplicações”. A redução das aplicações deve-se, basicamente, a três fatores: o pagamento ao Banco do Brasil em função do distrato do Banco Postal em 2014, no qual os Correios deveriam devolver o valor repassado antecipadamente em 2011 para acesso ao negócio e o valor por agência (uso), com a respectiva atualização, proporcional ao período restante do contrato, a ser pago em 3 parcelas a partir de 2015, sendo que a última, prevista para janeiro do ano de 2017 foi renegociada em 36 parcelas mensais a serem pagas a partir de dezembro do ano de 2016; aquisição de imobilizado com o capital próprio e o repasse dos dividendos para a União na ordem de 3 bilhões (nominais) no período de 2011 a 2013.
19. Esta redução seria mais elevada se não fosse compensado parcialmente, até o exercício de 2015, pelo acréscimo de 189,42% na subconta “Tributos Diferidos”, referente aos impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias (CPC-32), que levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Com relação ao aumento exponencial dos tributos diferidos, este foi influenciado pelo reconhecimento do benefício pós-emprego saúde no exercício de 2014, com efeito retroativo a 2012, devido a mudança de política contábil.

20. No exercício de 2016, a redução da conta “Realizável a Longo Prazo” só não foi mais elevada devido ao aumento da subconta “Valores a compensar” que teve um crescimento de 989,31%, em relação ao ano anterior, devido ao reconhecimento da Imunidade Tributária Recíproca, que ocasionou o remanejamento de parte do saldo da Subconta “Tributos Diferidos” para a subconta “Valores a compensar”.
21. Nos últimos anos o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está amparada pelo art. 150, VI, “a” da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional.
22. Fundamenta a Corte que a imunidade aplica-se tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.
23. A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos dos assessores tributários, decidiu reconhecer no patrimônio os efeitos da cobrança indevida, em tempos pretéritos, do Imposto de Renda e da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.
24. O registro dos créditos tributários de IRPJ foi efetuado em 2016, concomitantemente ao início do pleito de restituição dos valores na esfera administrativa, enquanto os relativos ao PIS e à COFINS serão compensados no decorrer dos exercícios seguintes.
25. Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos fiscais diferidos de IRPJ, assim como todos os passivos fiscais diferidos relativos a este imposto, por considerar que a matéria Imunidade Tributária Recíproca dos Correios resta definida e reiterada e não representa riscos contingenciais por existir precedentes favoráveis emitidos pelo STF em sede de recursos dotados de repercussão geral.
26. As subcontas “Depósitos Judiciais” e “Convênio Postal Saúde”, com acréscimos de 43,60% e decréscimo de 1,16%, respectivamente, também influem, em menor proporção, na compensação da redução expressiva imputada pela conta “Realizável a Longo Prazo” na participação no Ativo Não Circulante. A subconta “Depósitos Judiciais” referem-se a depósitos realizados em função das demandas judiciais em que os Correios figuram como réu e recebem atualização monetária mensalmente.
27. A subconta “Convênio Postal Saúde” no Realizável a Longo Prazo, refere-se somente a parcela adiantada a título de “Ativo Garantidor”, as rubricas referentes ao “benefício medicamento e o ressarcimento de despesas administrativas” estão alocadas no Ativo Circulante na subconta “Crédito Pessoas Ligadas”.
28. A subconta Convênio Postal Saúde representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PEL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS. No entanto, por não haver previsão de ocorrência de situação de insolvência da OPS no curso do exercício subsequente, o referido valor foi reclassificado em 2015 para o Ativo Não Circulante.

29. O grupo “Investimento”, neste período, teve expressivo aumento em sua participação no Ativo Não Circulante devido a um crescimento, na ordem de 1.522,76%, na subconta “Investimentos Permanentes” (principalmente no subgrupo Imóveis Mantidos para Investimentos). A variação expressiva na subconta “Imóveis Mantidos para Investimento” deve-se ao reconhecimento do custo atribuído dos imóveis no exercício de 2014, quando da implantação das normas internacionais de contabilidade nos Correios.
30. O grupo “Imobilizado”, neste período, teve expressivo aumento em sua participação no Ativo Não Circulante devido a um acréscimo, na ordem de 323,08%, na subconta “Imóveis” e de um acréscimo, na ordem de 27,43%, na subconta “Móveis”. A variação na subconta “Imóveis” no grupo “Imobilizado” foi influenciada, da mesma forma que os do grupo “Investimento”, pelo reconhecimento do custo atribuído em 2014. Quanto aos bens móveis, refere-se à aquisição/substituição normal de bens depreciados.
31. O crescimento das contas “Investimentos” e “Imobilizado” resultam, em grande parte, da aplicação do procedimento de reavaliação de imóveis, no ano de 2014, para a adoção do CPC 27, estabelecendo o valor de custo atribuído ou perda por *impairment* dos bens avaliados. Estes aumentos, resultantes das reavaliações, tiveram como contrapartida valores registrados na subconta “Ajuste Avaliação Patrimonial” do Patrimônio Líquido. O crescimento da conta “Intangível” deve-se, em grande parte, a novas adições.
32. Observa-se, portanto, que o crescimento do Ativo Não Circulante é devido basicamente ao crescimento das subcontas “Investimentos”, “Imobilizado” e “Intangível”, reduzido pelo decréscimo da subconta “Realizável a Longo Prazo”. Mesmo com o Ativo Não Circulante apresentando crescimento expressivo, no período, a redução drástica dos valores constantes na subconta “Aplicações” da subconta “Realizável a Longo Prazo”, podem impactar negativamente na Liquidez Geral, que revela a capacidade de pagamento no longo prazo. A elevação das contas “Investimentos”, “Imobilizado” e “Intangível” sem a correspondente elevação no Passivo Não Circulante ou no Patrimônio Líquido resultam em elevação da imobilização dos recursos não correntes.

Passivo Circulante

33. Pela análise vertical, para o período em referência (2011 a 2016), observa-se que as contas do Passivo Circulante com maior materialidade são “Fornecedores”, “Salários e Consignações”, “Encargos Sociais”, Provisões com Patrocinadas/Mantidas”, “Benefícios Pós Emprego” e “Obrigações Financeiras a Pagar”, conforme o gráfico a seguir:



34. Pela Análise Horizontal, para o período em referência (2011 a 2016), as subcontas “Fornecedores”, “Salários e Contribuições”, “Encargos Sociais”, “Provisões com Patrocinadas/Mantidas” e “Benefícios Pós Emprego” tiveram um aumento nas suas participações no Passivo Circulante devido a um acréscimo de 52,19%, 47,28%, 57,82%, 1,82% (em relação a 2015) e 81,12%, respectivamente. Enquanto a subconta “Obrigações Financeiras a Pagar” (2013 a 2016) teve uma diminuição na sua participação no Passivo Circulante devido a um decréscimo na ordem de 59,07%.
35. O acréscimo na subconta “Fornecedores” deve-se, principalmente, ao aumento nas provisões de “Mão de Obra Temporária - MOT”, “Transporte” e “Propaganda e Publicidade”.
36. O crescimento observado nas subcontas “Salários e Consignações” e “Encargos Sociais”, neste período, se devem, principalmente, a crescimentos ordinários da folha de pagamento, resultantes dos acordos coletivos de 2013/2014 (8,0%), 2014/2015 (6,5%), 2015/2016 (7,8%), principalmente, no item “Férias a Pagar”.
37. O decréscimo elevado na subconta “Imposto e Contribuições”, no ano de 2012, em torno de 75,89%, foram ocasionados pelo recolhimento das obrigações originadas do recálculo do período de janeiro/2007 a dezembro/2010, referentes ao PIS, à CONFINS, ao IRPJ e à CSSL.
38. O crescimento verificado na subconta “Contas Internacionais a Pagar”, neste período, em torno de 174,41%, representa o aumento das obrigações para com as administrações internacionais postais, operadores privados e cias aéreas em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2016 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU.
39. A subconta “Precatórios Judiciais” obteve um crescimento de 69,55%, neste período, devido a um aumento nas obrigações decorrentes de sentenças judiciais e ao acréscimo mensal da atualização monetária.
40. O reconhecimento da subconta “Provisões com Patrocinadas/Mantidas”, nos exercícios de 2015 e 2016, refere-se a reclassificação de parte da subconta

“Fornecedores” para uma melhor evidenciação no Balanço, das obrigações referentes a previdência complementar e plano de saúde.

41. A subconta “Participação nos Lucros e Resultados”, composta por valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados, pela reserva técnica provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, a participação dos funcionários elegíveis e a participação dos dirigentes, apresentou um decréscimo de 37,96%, no período em referência, devido principalmente a reduções constantes do lucro operacional, até o exercício de 2012, e a absorção de prejuízos crescentes, após o exercício de 2013.
42. Neste período, a subconta “Receitas a Apropriar”, que registrava em grande parte os direitos recebidos antecipadamente do Banco do Brasil pela concessão da operação do Banco Postal, obteve um decréscimo de 96,11%, devido ao Distrato do Banco Postal com o Banco do Brasil, que ocasionou a transferência de grande parte do saldo, no exercício de 2014, para a subconta “Obrigações financeiras a pagar”. Esta subconta no período de 2014 a 2016 registrou decréscimo de 59,07%, devido a assinatura, em 05/12/2016, do Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, atualizadas pela SELIC até a data do pagamento, admitindo-se a antecipação do pagamento.
43. A subconta “Benefício Pós-Emprego” refere-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas, com os planos de aposentadoria, pensão e assistência à saúde, neste período, apresentaram crescimento de 81,12%. No ano de 2013 a referida subconta apresentou crescimento elevado, na ordem de 98,10%, devido ao reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 (R1)². Entretanto, a partir do ano de 2014, em virtude de interpretações divergentes entre STN/MF - DEST/MP e os Correios, grande parte do valor provisionado a título de Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA foi considerado não devido pelos correios e revertido com contrapartida no resultado do exercício. Este fato ocasionou um decréscimo de 36,49% no valor da subconta “Benefício Pós Emprego”. Como até o final do ano de 2015 a divergência ainda não havia sido solucionada, os Correios, em razão da posição legal vinculante do DEST, não reconhecem provisão contábil a título de RTSA, aguardando a recomendação do órgão de controle (PREVIC) que ratifique ou eventualmente modifique a interpretação imposta.

² ² CPC_33(R1) COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 33 (R1)

Benefícios a Empregados - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19

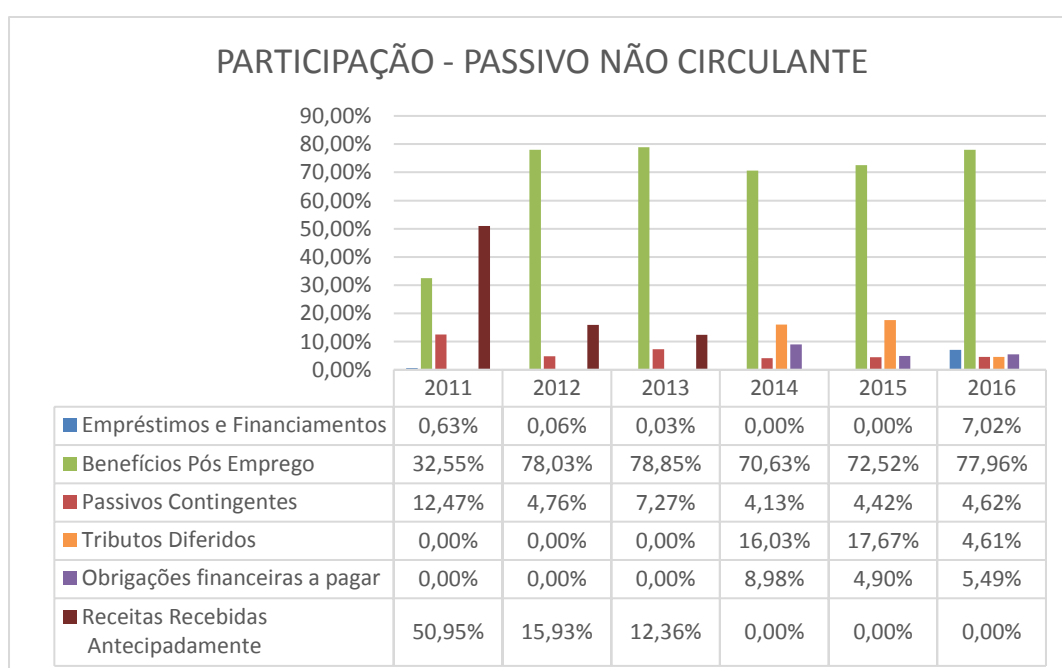
Quando o empregado tiver prestado serviços à entidade durante o período contábil, a entidade deve reconhecer o montante não descontado dos benefícios de curto prazo aos empregados, que se espera sejam pagos, em troca desse serviço:

- (a) como passivo (despesa acumulada), após a dedução de qualquer quantia já paga.
- (b) como despesa

44. Destaca-se que com a reversão da RTSA nos Correios e, consequente, o não reconhecimento do direito a receber no Postalís, houve um aumento do déficit atuarial do plano, que é dividido de forma paritária entre a patrocinadora (Correios) e os participantes e assistidos, fato que contribuiu para o aumento na rubrica de pós-emprego do Plano de Benefício Definido – PBD Total (CP+LP). Contudo, no curto prazo, em 2014, ficou reconhecido somente o valor projetado da obrigação para o próximo exercício, conforme cálculo atuarial, sendo este inferior à soma das parcelas de RTSA e do déficit no curto prazo no exercício anterior. Assim, observa-se uma redução da obrigação de benefício pós-emprego no passivo circulante desse exercício, mas não influi na realidade da obrigação total do Benefício pós-emprego (CP +LP).
45. Em 2016 o Conselho de Administração dos Correios destacou o tema RTSA e a Diretoria Executiva aprovou a contratação de serviços especializados para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, consequentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA.
46. A subconta “Convênio Postal Saúde”, que representam as obrigações a pagar para a operadora do plano de saúde dos funcionários, no período de 2014 a 2016, teve um acréscimo de 42,01%.
47. O crescimento expressivo do Passivo Circulante, neste período, pode impactar negativamente na capacidade de pagamento no curtíssimo prazo, tendo o potencial de reduzindo a Liquidez e o Capital Circulante Líquido, como também, aumentar o Endividamento.

Passivo Não Circulante

48. Pela análise vertical, para o período em referência (2011 a 2016), observa-se que as contas do Passivo Não Circulante com maior materialidade são “Benefícios Pós Emprego”, “Empréstimos e Financiamentos”, “Passivos Contingentes”, “Tributos Diferidos”, “Obrigações Financeiras a Pagar” e “Receitas Recebidas antecipadamente”, conforme o gráfico a seguir:

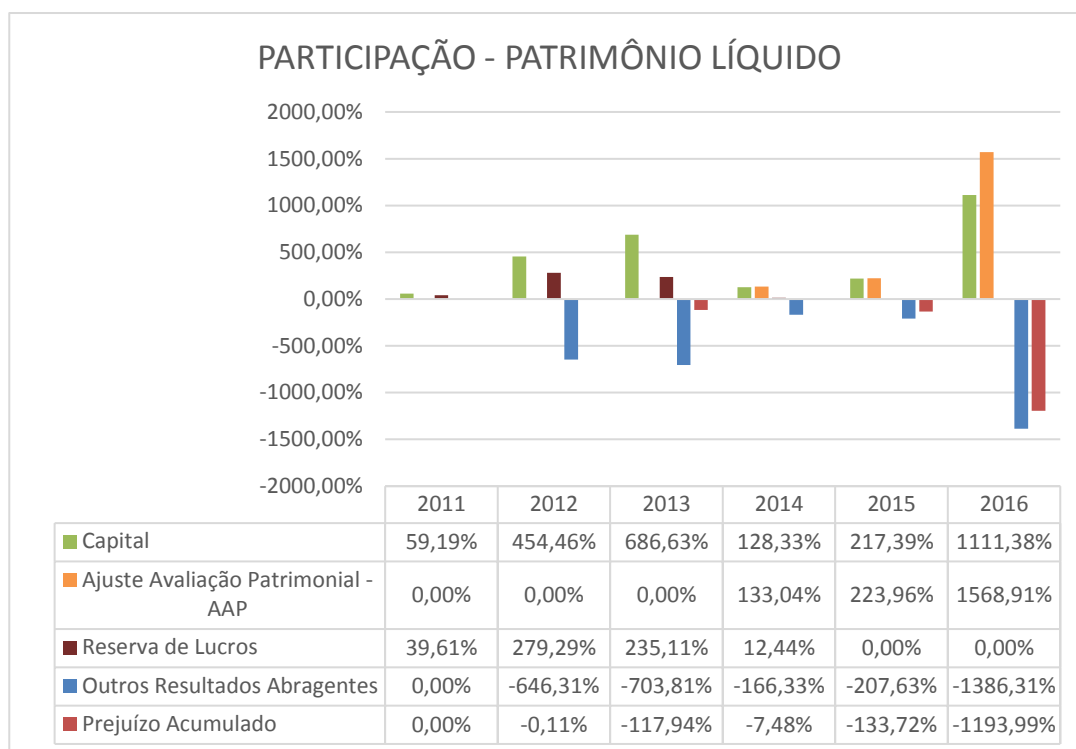


49. Pela Análise Horizontal, a subconta “Empréstimos e Financiamentos” apresentou decréscimo no seu saldo entre os exercícios de 2011 a 2012, permaneceu nulo nos exercícios de 2013 a 2014 e no exercício de 2016 apresentou crescimento elevado, devido a necessidade de recomposição do fluxo de caixa que foi reduzido pelo acúmulo de prejuízos nos exercícios de 2013 a 2016.
50. A subconta “Benefício Pós Emprego” referente às expectativas (cálculos atuariais) de despesas, com os planos de previdência complementar e assistência à saúde, neste período, apresentaram crescimento de 571,65%. No ano de 2012 a subconta apresentou extraordinário acréscimo de 606,61%, devido a reapresentação do montante registrado contabilmente, em função da mudança de política contábil com a adoção da norma internacional de contabilidade. Entretanto, o ano de 2013 a referida subconta apresentou decréscimo, na ordem de 13,38%, devido às variações nas premissas atuariais e financeiras utilizadas no cálculo atuarial de 2013 e 2014, em conformidade com o CPC 33R1.
51. A subconta “Tributos Diferidos”, no período em análise, somente apresentou registro a partir do ano de 2014, pois, a mesma registra os impostos diferidos passivos baseados na opção de aplicar o custo atribuído nos imóveis próprios classificados em investimento (propriedades para investimento) e do ativo imobilizado, pela avaliação dos imóveis a valor justo, com a adoção do CPC 27, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. No período de 2014 a 2015 a subconta “Tributos Diferidos” permaneceu praticamente constante, registrando um crescimento de 0,90%, em função de novas constituições de obrigações diferidas, originadas pelas diferenças entre a depreciação registrada na contabilidade societária, quando esta for menor que aquela calculada com base nos critérios fiscais vigentes, para bens do imobilizado e propriedade para investimento.
52. No exercício de 2016, a subconta “Tributos Diferidos” sofreu um decréscimo de 73,08% em decorrência da assunção da Imunidade Tributária Recíproca, os saldos dos passivos fiscais diferidos de IRPJ foram revertidos contra o resultado do exercício, quando a origem se justifica por diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização e contra o patrimônio líquido relativo aos impostos diferidos sobre o custo atribuído aos bens imóveis.
53. A subconta “Passivos Contingentes”, que registram provisões resultantes de processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária, no período em análise, reduziu sua participação no Ativo Não Circulante, entretanto, seu saldo permaneceu praticamente constantes, com crescimento de apenas 3,93%, resultante da correção monetária aplicada na análise. Entretanto, a subconta “Mandados e Precatórios”, que registra as obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária, no período de 2011 a 2016, apresentou um crescimento extraordinário, na ordem de 837,01%.
54. Ressalta-se, que a subconta “Tributos Compensados”, cujo valor refere-se a ações judiciais para quitar débitos por meio de compensação tributária, no ano de 2014, apresentou decréscimo de 91,27%, em decorrência da quitação na modalidade à vista de grande parte das obrigações discutidas, com base na adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

55. A adesão ao programa caracteriza-se como um acordo entre o fisco e o contribuinte, no qual os Correios deveriam desistir de forma irrevogável de impugnação ou recurso administrativo, de ações judiciais propostas ou de qualquer defesa em sede de execução fiscal e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre os quais se fundam os processos administrativos e ações judiciais. O principal benefício financeiro oferecido pelo programa implica na redução dos juros, multas, honorários e utilização de Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL para quitação dos encargos moratórios.
56. No ano de 2014 a subconta “Receitas Recebidas Antecipadamente”, que registrava os direitos recebidos antecipadamente do Banco do Brasil pela concessão da operação do Banco Postal, transferiu o saldo remanescente para a subconta “Obrigações Financeiras a pagar”, devido ao Distrato do Banco Postal com o Banco do Brasil. Esta subconta no período de 2014 a 2016 registrou decréscimo de 42,71%, devido a amortização das duas primeiras parcelas anuais em janeiro de 2015 e janeiro de 2016. Contudo, a última parcela prevista para quitação da dívida com o Banco do Brasil em janeiro de 2017, foi novamente parcelada em 36 parcelas mensais com pagamento a partir de dezembro de 2016.
57. Observa-se, portanto, que o crescimento do Passivo Não Circulante é devido basicamente ao crescimento das subcontas “Benefícios Pós Emprego” e “Empréstimos e Financiamentos”, reduzido pelo decréscimo das contas “Tributos Diferidos”, “Receitas Recebidas Antecipadamente” e “Obrigações Financeiras a Pagar”. O reconhecimento da reavaliação do montante resultante das expectativas (cálculos atuariais) de despesas, com os planos de previdência complementar e assistência à saúde na subconta “Benefícios Pós Emprego”, a partir do ano de 2012, sem correspondência direta no Ativo, tem o potencial de aumentar significativamente o Passivo Não Circulante, e por consequência, aumentar o endividamento geral e a participação de capitais de terceiros. Este aumento expressivo pode ocasionar, também, redução elevada na liquidez geral, na composição do endividamento e na imobilização dos recursos não correntes.

Patrimônio Líquido

58. Pela análise vertical, para o período em referência (2011 a 2016), observa-se que as subcontas do Patrimônio Líquido com maior materialidade são “Capital”, “Ajuste Avaliação Patrimonial”, “Outros Resultados Abrangentes” e “Prejuízos Acumulados”, conforme o gráfico a seguir:



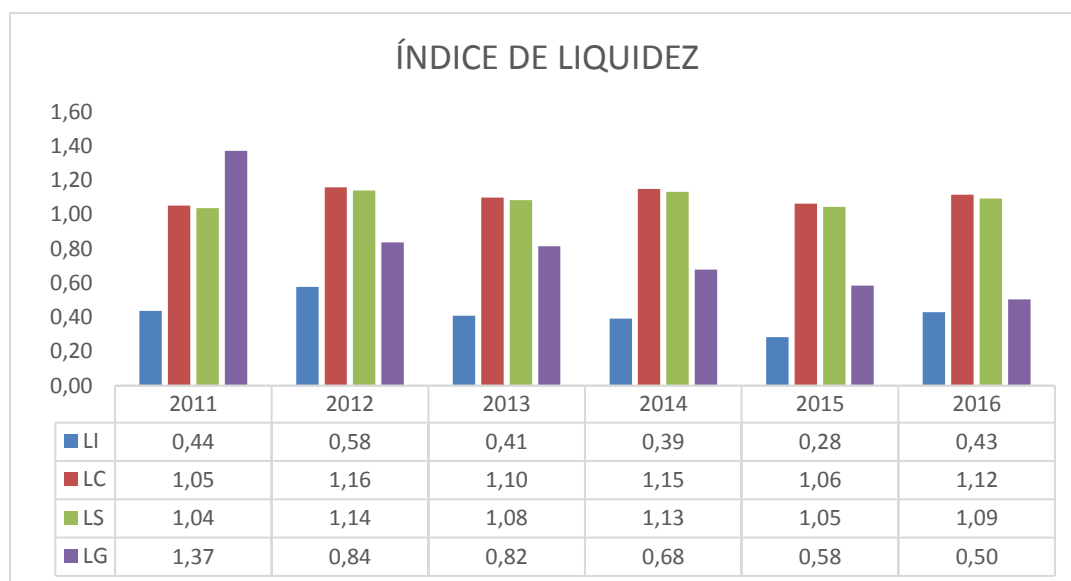
59. Pela Análise Horizontal, a subconta “Capital”, no período de 2011 a 2016, apresentou crescimento de 34,83%, devido ao aumento do Capital Social com incorporação de reservas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013.
60. A subconta “Reserva de Capital”, referente aos bens recebidos em doação de órgãos públicos, a partir do exercício de 2012, apresenta inexistência de saldo devido a proposta de capitalização (Capital Social) do valor da reserva.
61. A subconta “Reserva legal” (componente da Reserva de Lucros), constituído mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, nos anos de 2014 e 2015, foram revertidas para a absorção de parte dos prejuízos gerados nos exercícios anteriores, com reapresentação de 2013, absorvendo a reserva constituída naquele exercício, face ao prejuízo apurado na adoção das normas internacionais de contabilidade referente ao benefício pós-emprego com efeito retroativo.
62. A subconta “Reserva para Projeto de Investimento” (componente da Reserva de Lucros), constituído com o valor remanescente do resultado da proposta orçamentária de investimento de cada exercício, nos anos de 2011 a 2013 teve parte de seu saldo capitalizada (Capital Social) e o saldo remanescente, no ano de 2013, foi totalmente utilizada para absorver parte do prejuízo acumulado gerado com a reapresentação dos exercícios anteriores.
63. A subconta “Reserva de Lucros a Realizar” (componente da Reserva de Lucros), constituída pelo IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011, a partir do ano de 2012 até 2014, foi sendo realizado, com seus recursos destinados a pagamento de dividendos (2012 e 2013) e a absorção de prejuízos acumulados (2014) gerados com a reapresentação dos exercícios anteriores.
64. A subconta “Ajuste Avaliação Patrimonial”, a partir do ano de 2013, evidencia valores de contrapartida correspondentes a adoção inicial do CPC 27, com a

implantação do custo atribuído para os bens imóveis. Entre o período de 2013 a 2016 a subconta apresentou crescimento de 34,59%, em função de novas constituições de obrigações diferidas, originadas pelas diferenças entre a depreciação registrada na contabilidade societária, quando esta for menor, que aquela calculada com base nos critérios fiscais vigentes, para bens do imobilizado e propriedade para investimento.

65. A partir do ano de 2012, a subconta “Outros Resultados Abrangentes” iniciou a evidenciação dos valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetado para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. No período de 2012 a 2016 a subconta teve um decréscimo de 20,01%, devido, principalmente, à mudança de premissas financeiras influenciadas pelo aumento da inflação no período, uma vez que quanto maior a taxa de desconto (NTN-B ou NTN-F, conforme o caso), menor o valor da obrigação, gerando ganhos atuariais que são registrados na subconta, reduzindo o saldo negativo.
66. A subconta “Prejuízo Acumulado”, no período de 2012 a 2016, apresentou crescimento extraordinário de 421.814,29%. Este crescimento se deve a incorporação de Resultados Líquidos dos Períodos negativos e decrescentes, nos exercícios de 2013 a 2016.
67. Observa-se, portanto, que o Patrimônio Líquido, a partir do exercício de 2012, deveria ser negativo com a evidenciação da subconta “Outros Resultados Abrangentes”, e em menor grau, da subconta “Prejuízo Acumulado”. Entretanto, com a evidenciação da subconta “Ajuste Avaliação Patrimonial”, a partir do ano de 2014, somente os anos de 2012 e 2013 apresentaram efetivamente Patrimônio Líquido negativo. Outro fato que também influenciou negativamente no valor do Patrimônio Líquido, neste período, foi a reversão total da reserva de capital no ano de 2012 e da reserva de lucros nos períodos de 2011 a 2015 (com a reserva de lucros a realizar pela realização do lucro com distribuição de dividendos, bem como as reservas: legais, de investimento e de lucro a realizar, para absorção de prejuízos a partir da reapresentação de 2013).
68. No período em análise, o Patrimônio Líquido teve decréscimo de 92,63%. Esta redução ocasiona um aumento da participação de capitais de terceiros (endividamento), um aumento da imobilização do patrimônio líquido, um aumento da imobilização dos recursos não correntes e uma redução elevada no retorno do patrimônio líquido.

Indicadores de Liquidez

69. Os Indicadores de Liquidez visam apontar a capacidade da empresa em pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. Como medida isolada, quando o índice de liquidez for maior que 1 (um), é favorável para a empresa. De maneira geral, quanto maiores os índices de liquidez melhor para a empresa. Para o período em referência (2011 a 2016), apresentaram a seguinte variação:



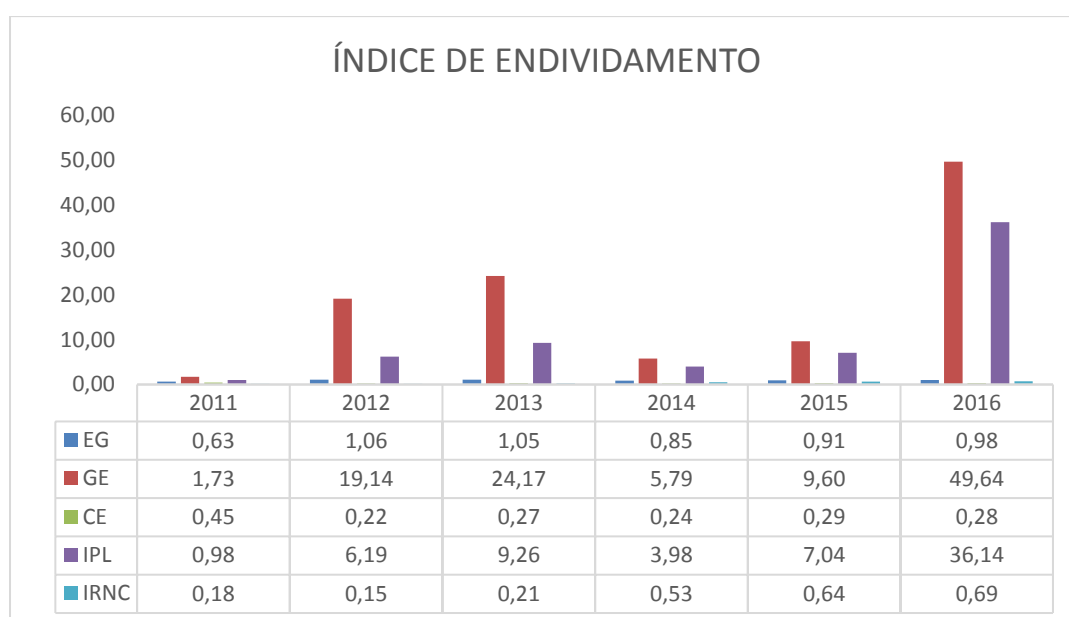
70. Liquidez Imediata – LI, expressa o quociente entre as disponibilidades (caixa, banco e aplicações financeiras de liquidez imediata) e o passivo circulante. No período de 2011 a 2015, apresentou redução, de aproximadamente 36%, ocasionada pela redução das disponibilidades, de aproximadamente 11,90%, e pelo aumento do Passivo Circulante, de aproximadamente 36,35%. Esta redução acarreta a diminuição da capacidade de pagamento da empresa, no curtíssimo prazo, que já se encontra deficitária.
71. Entretanto, no exercício de 2016, este indicador sofreu aumento em relação ao exercício anterior, de aproximadamente 54%, ocasionada pelo aumento das disponibilidades, de aproximadamente 43,54%, devido principalmente ao empréstimo de R\$ 750 milhões realizado com o Banco do Brasil, e pela redução do Passivo Circulante, de aproximadamente 5,38%, referente a reclassificação da obrigação financeira a pagar, devido ao diferimento da última parcela do Distrato do Banco Postal. Esta alteração melhorou a capacidade de pagamento da empresa no curtíssimo prazo, porém, a empresa continua apresentando déficit no fluxo de pagamento no curtíssimo prazo.
72. Liquidez Corrente – LC, expressa o quanto a empresa possui em dinheiro mais bens e direitos realizáveis no curto prazo, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. Neste intervalo, apresentou pequena evolução, de aproximadamente 6,7%, ocasionado por um aumento maior do Ativo Circulante, de aproximadamente 36,75%, em relação ao aumento do Passivo Circulante, de aproximadamente 29,02%. Portanto, a capacidade de pagamento no curto prazo apresentou pequena melhora e continua superavitária.
73. Mesmo a Liquidez Corrente apresentando pequena evolução, o Capital Circulante Líquido - CCL, que é o excedente das aplicações a curto prazo em relação às captações de recursos processadas também a curto prazo, apresentou crescimento aproximado de 284%. Este valor exalta a sensibilidade dos valores envolvidos em relação a materialidade das contas.
74. Líquides Seca – LS, expressa o quanto a empresa possui em disponibilidades, aplicações financeiras e duplicatas a receber a curto prazo, para fazer face ao seu

passivo circulante, é a análise da liquidez corrente sem os estoques. Neste intervalo, apresentou razoável crescimento, de aproximadamente 10,5%, resultante da crescente materialidade da subconta “Estoques”, em relação ao Ativo Circulante, apresentando crescimento aproximado de 74,68%. Este resultado ratifica o fato que a capacidade de pagamento no curto prazo apresentou pequena melhora e continua superavitária.

75. Liquidez Geral – LG, expressa quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e a longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais, no período em referência, apresentou redução, de aproximadamente 64%, ocasionada, principalmente, pela redução do “Realizável a Longo Prazo”, de aproximadamente 53,84%, e pelo aumento do Passivo Não Circulante, de aproximadamente 180,42%. Esta redução elevada demonstra a falta de capacidade de pagamento da empresa no longo prazo. Quanto a este indicador, no período em referência, ele passou de superavitário (2011) para deficitário (2012 a 2016).

Indicadores de Endividamento

76. Os Indicadores de Endividamento, decorrem das decisões estratégicas da empresa, relacionadas a investimentos, financiamentos e distribuição de dividendos. As políticas operacionais e a capacidade de geração de lucro (rentabilidade) também afetam estes indicadores. Os índices deste grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação dos recursos. Regra geral e de forma isolada, quanto maior, pior para a empresa. Para o período em referência (2011 a 2016), apresentaram a seguinte variação:



77. ENDIVIDAMENTO GERAL OU DEPENDÊNCIA FINANCEIRA - EG, expressa a participação do capital de terceiros sobre os recursos totais. Revela o percentual de capital de terceiros e, por dedução, o percentual de capital próprio que está financiando os ativos da empresa. Um percentual acima de 50% é considerado alto para a realidade brasileira. No período em referência, apresentou aumento, de aproximadamente 56%, ocasionada pelo aumento mais elevado do Passivo, de aproximadamente 111,65%, em relação ao aumento do Ativo, de aproximadamente 36,80%. Este resultado demonstra o aumento elevado do endividamento no período.

78. PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS OU ENDIVIDAMENTO - GE, expressa o percentual de capital de terceiros (PC + P ã Circ) em relação ao capital próprio (Patrimônio Líquido - PL), é um indicador de risco que retrata a dependência da empresa em relação aos recursos externos. Também conhecido por Grau de endividamento. É outra maneira de analisar a quantidade de dívida de uma empresa. No período em referência, apresentou aumento extraordinário, de aproximadamente 2.869%, ocasionada pelo aumento elevado do Passivo, de aproximadamente 111,65%, e pela redução do Patrimônio Líquido, de aproximadamente 92,63%. Este resultado demonstra o aumento elevado da participação de capitais de terceiros no período, em contrapartida da redução do capital próprio.
79. COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (QUALIDADE DA DÍVIDA) - CE, evidencia o percentual de dívidas a ser pago no curto prazo e, por dedução, o percentual de longo prazo. No período em referência, apresentou redução expressiva, de aproximadamente 38%, ocasionada pelo aumento menor do Passivo Circulante, de aproximadamente 29,02%, em relação ao aumento maior do Passivo Não Circulante, de aproximadamente 180,42%. Este resultado demonstra um aumento maior das dívidas de longo prazo em relação a dívidas de curto prazo.
80. IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – IPL, demonstra quanto dos investimentos, imobilizado e intangível da empresa são financiados pelo seu patrimônio líquido e, portanto, a maior ou menor dependência de aporte de recursos de terceiros para manutenção dos seus negócios. Quando esse percentual é menor do que 1, denota a presença de Capital de Giro Próprio (CGP), que é a parcela do capital próprio que financia o ativo circulante. No período em referência, apresentou aumento elevado, de aproximadamente 3.688%, ocasionada pelo aumento elevado das subcontas “Investimento”, “Imobilizado” e “Intangível” do Ativo Não Circulante, de aproximadamente 1.607,27%, 408,37% e 216,35%, respectivamente, e pela redução, também elevada, do Patrimônio Líquido, de aproximadamente 92,63%. Este resultado demonstra aparentemente uma elevação drástica do financiamento do “Investimento”, “Imobilizado” e “Intangível” por capitais de terceiros, aumentando a dependência externa.
81. Entretanto, o aumento expressivo nos subgrupos “investimentos” e “imobilizado” foi influenciada pelo reconhecimento do custo atribuído para os bens imóveis, que faz referência a uma avaliação do valor justo dos bens, de modo a ajustar o valor contábil (custo histórico) ao seu valor justo, avaliação essa permitida somente na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
82. Assim, o aumento expressivo do “investimento” e “imobilizado” refere-se, em grande parte, a um ajuste de valoração dos bens ao valor justo na época da adoção inicial, sem influência de dispêndios de capital de terceiros ou capital próprio. Este ajuste teve contrapartida, de mesmo valor, no Patrimônio Líquido, neutralizando o efeito deste aumento no referido indicador.
83. Destaca-se ainda, que a redução do PL foi influenciada em grande parte pelo reconhecimento da obrigação do Benefício Pós-Emprego, no qual uma parcela significativa desta obrigação tem como contrapartida o subgrupo “Outros Resultados Abrangentes” reduzindo o Patrimônio Líquido, sem também representar um desembolso no momento. Esta redução foi a responsável, efetivamente, pela elevação drástica deste indicador.

84. IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES – IRNC, expressa o percentual de capital próprio (PL) e de capital de terceiros de longo prazo (P ã Circ.) que está financiando os investimentos, imobilizado e intangível. Quando esse percentual é menor do que 1 (um) denota a presença de Capital Circulante Líquido (Giro). No período em referência, apresentou aumento elevado, de aproximadamente 383%, ocasionada pelo aumento elevado das subcontas “Investimento”, “Imobilizado” e “Intangível” do Ativo Não Circulante, de aproximadamente 1.607,27%, 408,37% e 216,35%, respectivamente, e pela redução, também elevada, do Patrimônio Líquido, de aproximadamente 92,63%. Entretanto, este aumento é menor do que o apresentado pelo índice de IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – IPL, devido ao aumento elevado do Passivo Não Circulante, de aproximadamente 180,42%. Este resultado demonstra aparentemente que a participação de capitais de terceiros no financiamento do “Investimento”, “Imobilizado” e “Intangível” mais que dobrou no período, aumentando fortemente a dependência externa.
85. Entretanto, em função do já exposto nas considerações sobre a “Imobilização do Patrimônio Líquido”, ressalta-se que o aumento expressivo nos subgrupos “investimentos” e “imobilizado” foi compensado pela contrapartida, de mesmo valor, no Patrimônio Líquido, neutralizando o efeito deste aumento no referido indicador. Portanto, observa-se que o aumento neste indicador foi influenciado na maior parte pelo reconhecimento do Benefício Pós-Emprego, no Passivo Não Circulante, não possuindo nenhuma referência a desembolsos no momento, e não tendo qualquer relação com as imobilizações.

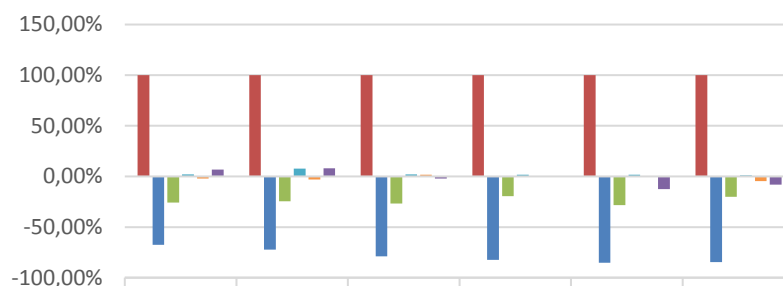
4.2. Demonstração do Resultado do Exercício - DRE.

1. Para cada exercício compreendido entre o Período de 2011 a 2016 foi realizada Análise Horizontal e Vertical em todas as contas da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como, uma análise na evolução dos Índices de Rentabilidade.

Análise Vertical

2. Pela análise vertical, observa-se que as contas da Demonstração do Resultado do Exercícios com maior participação em relação ao Resultado Líquido do Período são “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” e “Despesas/Receitas Operacionais”, conforme o gráfico a seguir:

PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E DOS SERVIÇOS



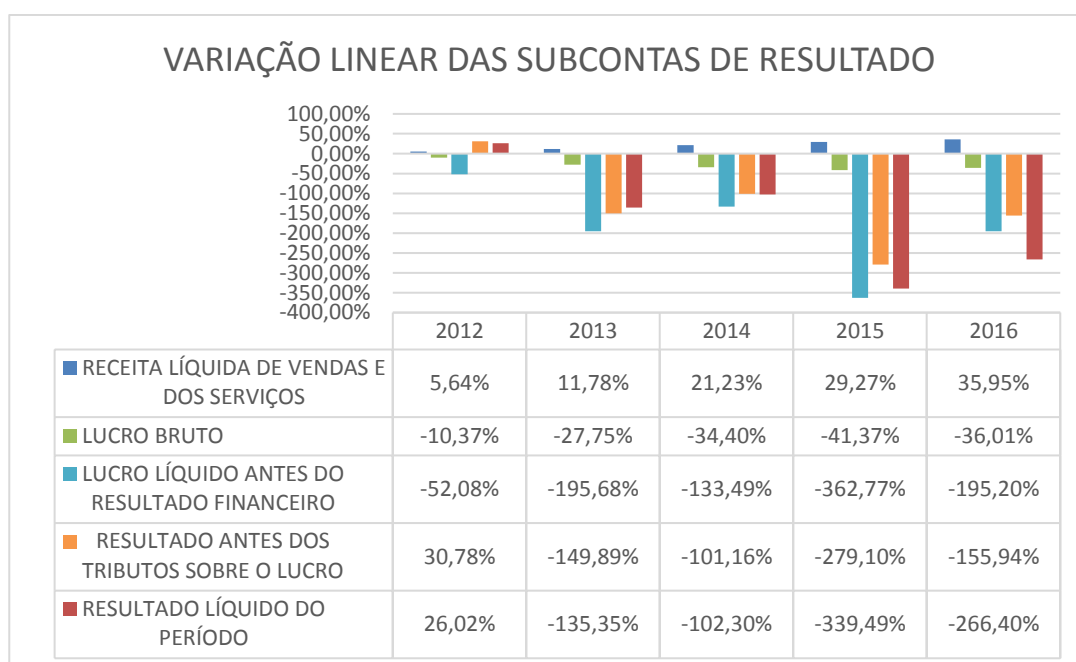
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
■ RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E DOS SERVIÇOS	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
■ CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-67,49%	-72,42%	-78,99%	-82,41%	-85,26%	-84,70%
■ DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-25,76%	-24,52%	-26,79%	-19,46%	-28,47%	-20,03%
■ RESULTADO FINANCEIRO	2,01%	7,79%	1,87%	1,78%	1,58%	1,12%
■ TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-2,09%	-2,88%	1,80%	-0,04%	-0,23%	-4,57%
■ RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	6,68%	7,97%	-2,11%	-0,13%	-12,38%	-8,18%

3. A subconta “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”, no início do período (2011) representava 67,49% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços, composta aproximadamente por 61% do custo com pessoal e encargos e 39% distribuído entre custos de prestação de serviços de terceiros, transporte e material de consumo. No fim do período (2016) representava 84,70% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços, composta aproximadamente por 66% do custo com pessoal e encargos e 35% distribuído entre custos de prestação de serviços de terceiros, transporte e material de consumo.
4. A subconta “Despesas/Receitas Operacionais”, no início do período (2011) representava 25,76% e no fim do período (2016) 20,03% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços, composta principalmente por “despesas com vendas/serviços” (que no início do período representava 11,62% e no fim 4,80% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços) e “Despesas Gerais e administrativas” (que no início do período representava 15,16% e no fim 20,77% da Receita Líquida de Vendas e dos Serviços). A primeira representa os gastos de promoção, colocação e distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda. A segunda representa os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.
5. A subconta “Resultado Financeiro” no início do período (2011) representava 2,01% e no fim do período (2016) 1,12% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços, composta por “Receitas Financeiras” (que no início do período representava 5,38% e no fim 4,18% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços) e “Despesas Financeiras” (que no início do período representava 3,37% e no fim 3,06% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços).

6. A subconta “Tributos Sobre o Lucro” no início do período (2011) representava 2,09% e no fim do período (2016) 4,57% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços, composta por “Imposto de Renda Pessoa Jurídica” (que no início do período representava 1,52% e no fim 4,51% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços) e “Contribuição social sobre o Lucro Líquido” (que no início do período representava 0,57% e no fim 0,06% da Receita Líquida de vendas e dos Serviços).

Análise Horizontal

7. Pela Análise Horizontal, observa-se a variação linear (em relação ao ano de 2011) das subcontas de resultado que compõem a Demonstração do Resultado do exercício, conforme o gráfico a seguir:



8. No período de 2011 a 2016 o “Lucro Bruto” teve decréscimo de 36,01% ocasionado pelo aumento mais elevado do “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”, em torno de 70,61%, em relação ao aumento apresentado pela “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços”, em torno de 35,95%.
9. A “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços” foi afetada negativamente pela redução da atividade econômica, principalmente nos três últimos exercícios, como também, com as perdas pela defasagem tarifária em relação ao IPCA acumulado no período.
10. Os “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” apresentaram crescimento elevado devido, principalmente, ao aumento do custo com pessoal, encargos e serviço saúde, no período.
11. Neste mesmo período, o “Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro” teve um decréscimo elevado, na ordem de 195,20%, apresentando resultados decrescentes, porém ainda positivos, nos exercícios de 2011 e 2012, e por resultados negativos no restante do período.

12. Estes resultados decrescentes foram ocasionados, principalmente, pelo aumento elevado das “Despesas Gerais e Administrativas”, de aproximadamente 86,20%, em função, principalmente, do reconhecimento do benefício pós-emprego saúde, e em menor impacto, pelo aumento das “Outras Despesas Operacionais”, de aproximadamente 158,10%, devido, principalmente, ao cálculo do PIS e COFINS sobre o faturamento.
13. O “Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro” só não teve uma redução maior, neste período, devido ao aumento elevado das “Outras Receitas Operacionais”, de aproximadamente 464,67%, e pela redução expressiva das “Despesas com Vendas/Serviços”, de aproximadamente 43,78%, resultante, principalmente, da mudança no modelo de franquia, que ocasionou a reclassificação da despesa com remuneração de ACF, do grupo de despesa de vendas para CMV, bem como redução na despesa de publicidade e propaganda a partir de 2016.
14. Em 2016, o aumento significativo no grupo “Outras Receitas Operacionais”, deve-se ao reconhecimento dos ganhos contingenciais com PIS, COFINS e IRPJ, ocasionados pela assunção da imunidade tributária recíproca.
15. Ressalta-se que as “Despesas Gerais e Administrativas” tiveram aumentos expressivos, em relação ao ano anterior, nos exercícios de 2013 e 2015, de aproximadamente 38,67% e 61,82%, respectivamente. O aumento ocorrido a partir do ano de 2013, deve-se ao reconhecimento do benefício Pós-Emprego Saúde no grupo “Despesas Gerais e Administrativa”. Contudo, em 2014, apesar da manutenção da despesa de pós-emprego com o plano de saúde, houve a reversão de provisão com RTSA (atualizada ao longo do tempo, por INPC + 6% de juros) e com provisões contingenciais cíveis, contribuindo para a redução no grupo, em relação ao ano anterior.
16. No período em análise, o “Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro” apresentou um decréscimo de aproximadamente 155,94%, valor este, menor que o decréscimo apresentado pelo “Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro”. Esta diferença foi ocasionada pelo resultado financeiro positivo, entretanto, decrescente em 24,35%, com as “Receitas Financeiras” apresentando um crescimento menor, de aproximadamente 5,54%, do que as “Despesas Financeiras”, de aproximadamente 23,42%.
17. No exercício de 2012 o incremento elevado das Receitas Financeira é reflexo, principalmente, do aumento da rentabilidade das aplicações financeiras, em virtude da mudança do perfil da carteira de investimentos (expectativa de juros futuros do mercado) e na manutenção de um maior saldo aplicado. A redução das Despesas Financeiras deve-se, principalmente, ao efeito contrário. No exercício de 2013 a redução das Receitas Financeiras é reflexo do retorno aos patamares normais praticados no mercado da rentabilidade das aplicações financeiras. O aumento das Despesas Financeiras deve-se a elevação da taxa de juros em 2013. No exercício de 2014, a elevação das Receitas Financeiras foi gerada pela desaceleração na alta da inflação e a maior estabilidade nas taxas de juros, em relação ao ano anterior, que propiciou uma maior rentabilidade das aplicações financeiras. No exercício de 2015, a elevação das Receitas Financeiras foi gerada pela variação cambial internacional e no exercício de 2016, foi gerada pela receita de juros devido a atualização dos créditos

tributários em função do reconhecimento da imunidade tributária. O aumento das Despesas Financeiras, no período de 2014 a 2016, deve-se, principalmente, pelos juros gerados com o Distrato do Banco Postal e a variação do dólar.

18. O “Resultado Líquido do Período”, entre os exercícios de 2011 a 2016, apresentou um decréscimo de aproximadamente 266,40%, redução maior que a apresentada pelo “Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro”. Este decréscimo é devido ao elevado aumento apresentado pela subconta “Tributos Sobre o Lucro”, de aproximadamente 197,81%, composta pelo aumento do “Imposto de Renda” e pela redução da “Contribuição Social”, de aproximadamente 304,42% e 85,21%, respectivamente.
19. No exercício de 2012, a empresa tributava o lucro com base no regime do Lucro Real Trimestral, desta forma, os valores demonstrados na DRE, relativos aos tributos correntes e diferidos consolidam o impacto apurado nos 4 trimestres fiscais, sendo que do 1º ao 3º trimestre foi apurado Lucro Fiscal e no último Prejuízo Fiscal.
20. O lucro fiscal apurado nos três primeiros trimestres de 2012, possibilitou a realização (reversão) dos saldos dos tributos diferidos no Ativo, ocasionando a redução do ativo e um débito no resultado. Apesar do prejuízo apurado no 4º trimestre, quando da consolidação do resultado fiscal de 2012 o efeito prevalecente foi de reversão dos tributos diferidos, desta forma, a despesa de imposto de renda foi ajustada por meio de um acréscimo decorrente da reversão dos tributos diferidos.
21. Entre os exercícios de 2013 e 2014, a empresa constituiu tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Posteriormente, os saldos permaneceram ativados, sem qualquer acréscimo, uma vez que não existiam projeções de Lucros Futuros para suportar novas constituições. Em 2016, em decorrência da decisão da Alta Gestão, por assumir os efeitos da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, “a”, CF), o saldo do IRPJ diferido (ativo e passivo), foi totalmente revertido contra o resultado do exercício.

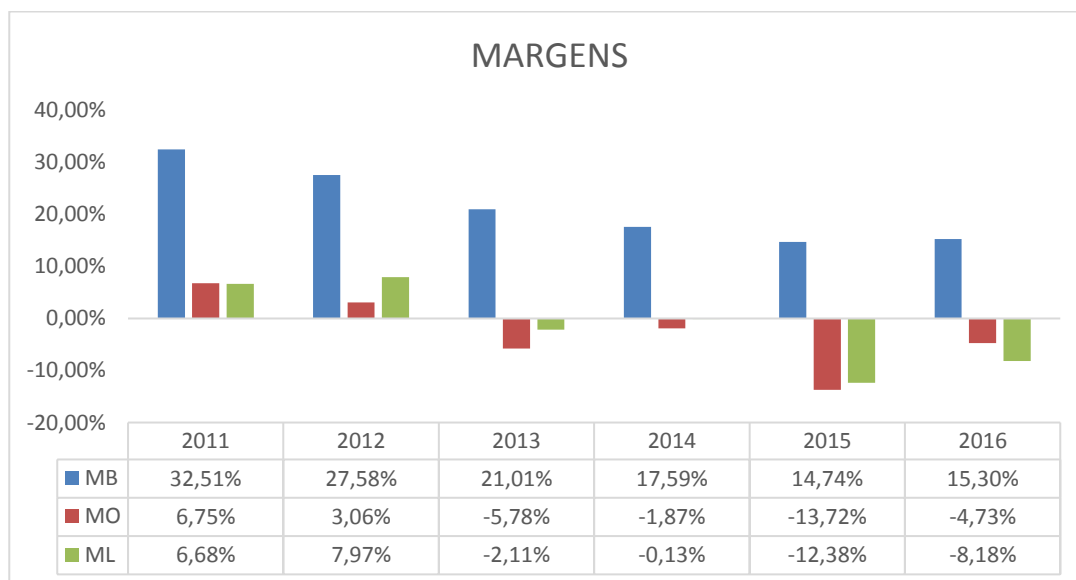
Demonstração de Resultados Abrangentes

22. A Demonstração de Resultados Abrangentes - DRA é uma importante ferramenta de análise gerencial, pois, respeitando o princípio de competência de exercícios, atualiza o capital próprio dos sócios, através do registro no patrimônio líquido (e não no resultado) das receitas e despesas incorridas, porém de realização financeira “incerta”, uma vez que decorrem de investimentos de longo prazo, sem data prevista de resgate ou outra forma de alienação.
23. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1), a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA é obrigatória e nela deve ser apresentada as receitas e as despesas e outras mutações que afetam o Patrimônio Líquido, mas que não são reconhecidas (ou não foram reconhecidas ainda) na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE.
24. No caso dos Correios, estão registrados no Resultado Abrangente os itens: Aumento/Redução de Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego e Aumento/Redução do Imposto de Renda relacionado com itens de Outros Resultados Abrangentes.

25. No período de 2011 a 2016, o “Resultado Abrangente Total do Exercício” apresentou decréscimo aproximado de 370,21%, redução maior que a apresentada pelo “Resultado Líquido do Período”, de aproximadamente 266,40%. Esta diferença decorre do aumento da remensuração de Obrigações de Benefício Pós-Emprego e da correspondente redução do Imposto de Renda relacionado com itens de Outros Resultados Abrangentes, entre os exercícios de 2013 a 2016, de aproximadamente 185,09%.
26. O “Resultado Abrangente Total do Exercício” só apresentou diferença do “Resultado Líquido do Período” a partir do exercício de 2013, com o reconhecimento das Obrigações de Benefício Pós-Emprego a partir do exercício de 2012, em conformidade com o CPC 33R1.
27. No exercício de 2013 o “Resultado Abrangente Total do Exercício” apresentou saldo positivo, mesmo com o “Resultado Líquido do Período” apresentando saldo negativo, entretanto, entre os exercícios de 2014 a 2016 o saldo foi negativo e crescente, acompanhando o aumento crescente dos prejuízos apresentados neste período.

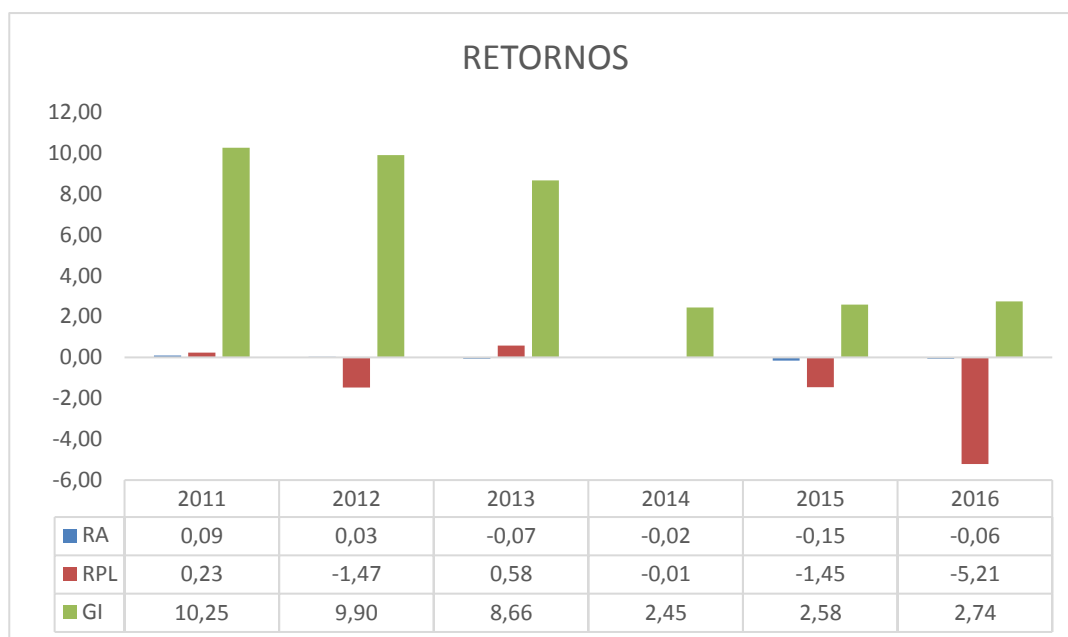
Indicadores de Rentabilidade

28. Os Indicadores de Rentabilidade, informam sobre a remuneração propiciada pelos recursos investidos na empresa durante certo período. Envolve a análise das margens de lucro e das taxas de retorno da empresa, ou seja, dos capitais investidos. Regra geral e de forma isolada, quanto maior, melhor para a empresa. Para o período em referência (2011 a 2016), apresentaram a seguinte variação:



29. **MARGEM BRUTA – MB**, indica o percentual remanescente da receita líquida após dedução dos custos. No período em referência, apresentou redução elevada, de aproximadamente 47%, ocasionada pelo aumento elevado da conta “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”, de aproximadamente 70,61%, que representa, praticamente, o dobro do aumento da conta “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços, de aproximadamente 35,95%. Este resultado demonstra uma redução drástica do “Lucro Bruto” que, entretanto, no período em referência ainda continuou apresentando resultados positivos.

30. **MARGEM OPERACIONAL – MO**, indica o percentual que restou da receita líquida após dedução das despesas operacionais (excluída a despesa financeira). No período em referência, apresentou redução elevada, de aproximadamente 171%, ocasionada pela redução elevada do “Lucro Bruto”, de aproximadamente 36,1%, e pelo aumento da conta “Despesas Operacionais”, de aproximadamente 5,72%. Devido a este aumento, a Margem Operacional, a partir do ano de 2013, apresentou resultados negativos crescentes. Este indicador espelha o fato de que o “Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro” decresceu 195,20%, tornando-se Prejuízo (crescente), a partir do ano de 2013.
31. **MARGEM LÍQUIDA – ML**, indica o percentual da receita líquida que sobrou após deduzidas todas as despesas e computados as outras receitas e despesas, a provisão para o IR e participações. No período em referência, apresentou redução elevada, de aproximadamente 222%, maior do que a apresentada pela Margem Operacional. Esta diferença foi ocasionada pela redução da conta “Resultado Financeiro”, de aproximadamente 24,35% e pelo aumento elevado da conta “Tributos Sobre o Lucro” de aproximadamente 197,81%. Este indicador espelha o fato de que o “Resultado Líquido do Período”, durante esses exercícios decresceu 266,40%, tornando-se Prejuízo (crescente), a partir do ano de 2013.



32. **RETORNO DOS ATIVOS – RA**, é medida que considera a rentabilidade pura das operações básicas da empresa (principal e acessória), não incluindo o efeito do endividamento, nem o tributário. Indica quanto a empresa gera de lucro para cada R\$1,00 investido. Identifica o grau de eficiência com que os ativos são usados para a realização das vendas. Custo máximo que a empresa deve assumir em relação as suas dívidas. No período em referência, apresentou redução elevada, de aproximadamente 177%, ocasionada pela redução do “Lucro Líquido Antes do Resultado Financeiro”, de aproximadamente 195,20%, e pelo aumento do Ativo”, de aproximadamente 38,80%, em decorrência, principalmente, da reavaliação de ativos. Este indicador demonstra que o investimento realizado apresenta retorno decrescente, no período, e a partir do ano de 2013, passa a não gerar retorno, ou seja, prejuízo.

33. **RETORNO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RPL**, mensura o retorno dos recursos aplicados por seus proprietários. Quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$1,00 de capital próprio investido. O retorno dos proprietários depende das seguintes variáveis: formas de financiamentos dos ativos, retornos dos ativos e custo da dívida. Essa taxa pode ser comparada com outros rendimentos alternativos do mercado. No período em referência, apresentou redução drástica, de aproximadamente 2.365%, ocasionada pela redução do “Lucro Líquido do Período”, de aproximadamente 266,40%, tornando-se prejuízo. Este resultado negativo foi ampliado pela redução do “Patrimônio Líquido”, no período, de aproximadamente 92,63%, em decorrência, principalmente, da incorporação de “Outros Resultados Abrangentes”. Este indicador demonstra que o retorno para os proprietários é decrescente, no período, e a partir do ano de 2013, passa a não gerar retorno, ou seja, prejuízo.
34. **GIRO DO IMOBILIZADO – GI**, revela a relação existente entre o valor das vendas e o montante investido no ativo imobilizado, ou seja, a efetiva utilização da capacidade produtiva disponível da empresa. No período em referência, apresentou redução elevada, de aproximadamente 73%, ocasionado pelo aumento drástico do “Imobilizado”, de aproximadamente 408,37%, derivada, principalmente, da reavaliação dos ativos imóveis, ocorrida no exercício de 2014. Esta redução, no período, só não foi maior devido ao aumento da “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços”, de aproximadamente 35,95%. Este indicador, entre os exercícios de 2011 a 2013, afirma que o “Imobilizado” está apresentando giro decrescente, mas ainda positivos, porém, após a reavaliação dos ativos imóveis, no exercício de 2014, sofreu uma queda brusca, apresentando até o exercício de 2016, pequena elevação, em decorrência do aumento gradual da “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços”.

4.3. Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - DMPL.

1. Para cada exercício compreendido entre o Período de 2011 a 2016 foi realizada análise descritiva dos fatos que geraram as alterações nas contas do “Patrimônio Líquido”.

Exercício 2011

2. No exercício de 2011, do Lucro Líquido do Período, de R\$ 882.747.000,00, foram destinados:
 - R\$ 184.032.000,00 para absorver prejuízo do exercício anterior;
 - R\$ 28.495.000,00 para aumento da Reserva Legal;
 - R\$ 182.902.000,00 para o aumento do Capital Social;
 - R\$ 128.818.000,00 para aumento da Reserva de Lucros a Realizar (IRPJ/CSLL diferidos);
 - R\$ 135.350.000,00 para pagamento de dividendos mínimos;
 - R\$ 214.650.000,00 para pagamento de dividendos adicionais antecipados;
 - R\$ 8.500.000,00 para proposta de pagamento de dividendos adicionais.
3. A reserva de capital teve apenas uma pequena baixa de bens doados, no valor de R\$ 37.000,00. A reserva para investimentos teve uma reversão de R\$ 11.835.000,00 utilizada na complementação do valor a ser destinado para aumento do Capital Social, no total de R\$ 194.737.000,00.

4. No exercício foi destinada à União R\$ 848.829.000,00 na forma de dividendos mínimos complementares, com a devida atualização monetária, através da redução do Capital Social.
5. Este dividendo refere-se a valores advindos do resultado de exercício anterior (2009), reflexo da reversão da reserva de contingência constituída naquele exercício, devido ao estudo do reconhecimento da provisão de RTSA (R\$ 793,0 milhões) no passivo, que ocorreu em 2010, em contrapartida ao resultado e de R\$ 55,8 milhões de dividendos de 2009.
6. Os dividendos adicionais propostos de R\$ 8.500.000 foram aprovados para pagamento no próximo exercício.
7. No exercício, o Capital Social reduziu 22,41%, a Reserva de Capital reduziu 0,10%, a Reserva de Lucros aumentou 11,36%, a Reserva de Investimento reduziu 3,01%, a Reserva de Lucros a Realizar aumentou 16,17%, os Resultados Acumulados aumentaram 100,19% (saindo do prejuízo para o lucro) e o Patrimônio Líquido reduziu 7,50%, com saldo no final do exercício de R\$ 3.896.6834.000,00.

Exercício 2012

8. No exercício de 2012, do Lucro Líquido do Período, de R\$ 1.113.287.000,00, foram destinados:
 - R\$ 52.203.000,00 para aumento da Reserva Legal;
 - R\$ 565.954.000,00 para aumento da Reserva de Investimento;
 - R\$ 247.964.000,00 para pagamento de dividendos mínimos;
 - R\$ 152.036.000,00 para pagamento de dividendos adicional (destinação de lucro de 2011);
 - R\$ 95.929.000,00 para proposta de pagamento de dividendos adicionais.
9. Devido à realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011, houve no exercício uma reversão de R\$ 395.429.000,00 da reserva de lucros a realizar para a conta resultados acumulados, que em seguida foram destinados a pagamento de dividendos de exercícios anteriores. Restando no final do período um déficit de R\$ 799.000,00.
10. A reserva de capital no valor de 37.596.000,00 foi totalmente revertida e destinada para aumento do Capital Social. A reserva para investimentos no valor de R\$ 380.965.000,00 foi revertida e destinada, também, para aumento do Capital Social. O Capital Social no exercício foi acrescido em R\$ 418.561.000,00 com a incorporação dos valores anteriormente descritos.
11. Os dividendos adicionais propostos de R\$ 95.929.000,00 foram aprovados para pagamento no próximo exercício.
12. No exercício, o Capital Social aumentou 18,48%, a Reserva de Capital reduziu 100%, a Reserva Legal aumentou 18,69%, a Reserva de Investimento aumentou 59,49%, a Reserva de Lucros a Realizar reduziu 42,73%, e o Patrimônio Líquido reduziu 119,77%, com saldo no final do exercício negativo, na ordem de R\$ 757.076.000,00, em razão da reapresentação do Balanço para evidenciação dos reflexos retroativos ao exercício, pela adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, em 2014,

com o reconhecimento do benefício Pós-Emprego, na subconta “Outros Resultados Abrangentes”, conforme estabelece o CPC 33 (R1).

Exercício 2013

13. No exercício de 2013, a empresa apresentou prejuízo de R\$ 312.511.000,00, que foram acrescidos com:
 - R\$ 799.000,00 do prejuízo acumulado do exercício anterior;
 - R\$ 154.127.000,00 para pagamento de dividendos mínimos;
 - R\$ 16.742.000,00 para pagamento de dividendos adicional (destinação de lucro de 2012).
14. Devido à realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011, houve no exercício uma reversão de R\$ 129.131.000,00 da reserva de lucros a realizar, inicialmente para a conta resultados acumulados, e depois foi destinada para pagamento de dividendos do exercício anterior. Restando no final do período um déficit de R\$ 484.179.000,00.
15. A reserva de investimento no valor de 495.929.000,00 foi totalmente revertida e destinada para aumento do Capital Social.
16. No início do exercício, com a retificação dos demonstrativos contábeis do exercício de 2012, foram reconhecidos no Patrimônio Líquido a conta (saldo devedor) Outros Resultados Abrangentes, no valor de R\$ 4.893.093.000,00, correspondentes a ganhos e perdas atuariais, que são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos das mudanças nas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19). No final do exercício, parte deste reconhecimento, no valor de R\$ 1.078.544.000, foi revertido. Totalizando um reconhecimento final de R\$ 3.814.549.000 (saldo devedor).
17. Este reconhecimento da conta Outros Resultados Abrangentes, com a retificação dos demonstrativos contábeis do exercício de 2012, gerou nos exercícios de 2012 e 2013 saldos negativos de Patrimônio Líquido.
18. No exercício, o Capital Social aumentou 18,48%, a Reserva Legal não apresentou alteração, a Reserva de Investimento reduziu 100%, a Reserva de Lucros a Realizar reduziu 24,37%, os Resultados Acumulados reduziram 60.498,12% (aumentando drasticamente o prejuízo) e o Patrimônio Líquido reduziu 109,36% (tornando-se negativo), com saldo no final do exercício de R\$ - 386.972.000,00.

Exercício 2014

19. No exercício de 2014, a empresa apresentou prejuízo, de R\$ 20.309.000, que foram acrescidos com R\$ 639.190.000,00 do prejuízo acumulado do exercício anterior.
20. Para reduzir o prejuízo foram revertidos R\$ 57.198.000,00 da reserva legal e R\$ 366.863.000 da reserva de lucros a realizar (devido à realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011. Também foram acrescidos R\$ 50.204.000,00 pela realização parcial do Ajuste de Avaliação

Patrimonial. Com estes ajustes, restaram no final do período um déficit de R\$ 185.234.000,00.

21. No exercício foram acrescidos a conta Outros Resultados Abrangentes, o valor de R\$ 306.413.000,00 (saldo devedor), correspondentes a ganhos e perdas atuariais, que são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos das mudanças nas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19). Totalizando um saldo de R\$ 4.120.962.000 (saldo devedor).
22. No início do exercício foram reconhecidos no Patrimônio Líquido a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, no valor de R\$ 3.296.110.000 (saldo credor), correspondente a adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para imóveis.
23. No exercício, o Capital Social não sofreu alteração, a Reserva Legal reduziu 17,25%, a Reserva de Lucros a Realizar reduziu 91,53%, os Resultados Acumulados aumentaram 71,02% (reduzindo o prejuízo) e o Patrimônio Líquido aumentou 557,14% (tornando-se novamente positivo), com saldo no final do exercício de R\$ 2.477.609.000,00.

Exercício 2015

24. No exercício de 2015, a empresa apresentou prejuízo, de R\$ 2.121.238.000,00, que foram acrescidos com R\$ 185.234.000,00 do prejuízo acumulado do exercício anterior.
25. Para reduzir o prejuízo foram revertidos R\$ 274.303.000,00 da reserva legal e R\$ 33.934.000,00 da reserva de lucros a realizar (devido à realização proporcional do IRPJ/CSLL diferidos pertinentes a exercícios anteriores a 2011). Também foram acrescidos R\$ 42.521.000,00 pela realização parcial do Ajuste de Avaliação Patrimonial. Com estes ajustes, restaram no final do período um déficit de R\$ 1.955.714.000.
26. No exercício foram revertidos da conta Outros Resultados Abrangentes, o valor de R\$ 1.084.174.000,00 (saldo credor), correspondentes a ganhos e perdas atuariais, que são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos das mudanças nas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19). Totalizando um saldo de R\$ 3.036.788.000,00 (saldo devedor).
27. No exercício foram realizados da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, um saldo de R\$ 20.479.000,00. Totalizando um reconhecimento final de R\$ 3.275.631.000,00.
28. No exercício, o Capital Social não sofreu alteração, a Reserva Legal reduziu 100%, a Reserva de Lucros a Realizar reduziu 100%, os Resultados Acumulados reduziram 955,81% (com aumento do prejuízo) e o Patrimônio Líquido reduziu 40,97%, com saldo no final do exercício de R\$ 1.462.587.000,00.

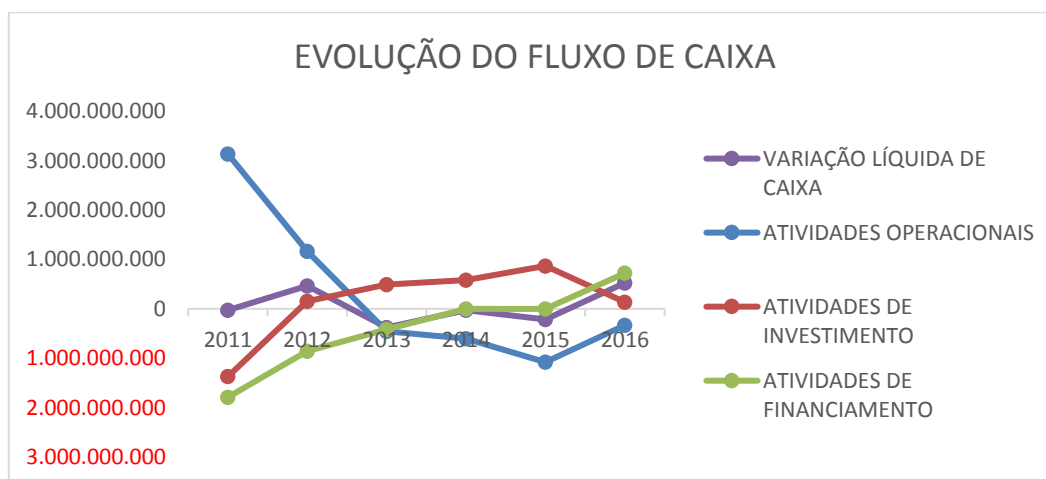
Exercício 2016

29. No exercício de 2016, a empresa apresentou prejuízo, de R\$ 1.489.505.000, que foram acrescidos com R\$ 1.955.714.000 do prejuízo acumulado do exercício anterior.

30. Para reduzir o prejuízo foram acrescidos R\$ 29.442.000,00 pela realização parcial do Ajuste de Avaliação Patrimonial. Com estes ajustes, restaram no final do período um déficit de R\$ 3.415.777.000,00.
31. No exercício foram acrescidos a conta Outros Resultados Abrangentes, o valor de R\$ 929.191.000,00 (saldo devedor), correspondentes a ganhos e perdas atuariais, que são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos das mudanças nas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19). Totalizando um saldo de R\$ 3.965.977.000,00 (saldo devedor).
32. No exercício foram acrescentados a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, um saldo de R\$ 1.242.191.000,00, referente a reversões do Imposto de Renda Diferido (Imunidade Tributária). Totalizando um reconhecimento final de R\$ 4.488.380.000,00.
33. No exercício, o Capital Social não sofreu alteração, os Resultados Acumulados reduziram 74,66% (aumentando o prejuízo) e o Patrimônio Líquido reduziu 80,44%, com saldo no final do exercício de R\$ 286.082.000,00.

4.4. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC.

1. Para o período de 2011 a 2016 foi realizada Análise descritiva da evolução das Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento quanto a participação na “Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa”, conforme o gráfico a seguir:



2. Pela análise do gráfico, observa-se que:
3. No exercício de 2011, recursos do “Caixa e Equivalente de Caixa” (0,80%) e recursos obtidos com as “Atividades Operacionais” (99,20%), principalmente com o “Lucro Líquido do Período” e com as “Receitas Recebidas Antecipadamente” (Banco Postal), foram utilizadas nas “Atividades de Investimento” (43,38%), principalmente em “Aplicações Financeiras”, e nas “Atividades de financiamento” (56,62%), principalmente com “Transferências para a União”.

4. No exercício de 2012, recursos obtidos com as “Atividades Operacionais” (88,14%), principalmente com o “Lucro Líquido do Período”, e com as “Atividades de Investimento” (11,86%), principalmente com a reversão de “Aplicações Financeiras”, foram utilizadas nas “Atividades de financiamento” (64,92%), principalmente com “Transferências para a União”, e no acréscimo do “Caixa e Equivalente de Caixa” (35,08%).
5. No exercício de 2013, recursos do “Caixa e Equivalente de Caixa” (43,29%) e das “Atividades de Investimento” (56,71%), principalmente com a reversão de “Aplicações Financeiras”, foram utilizadas nas “Atividades Operacionais” (52,03%), para cobrir o déficit operacional, e nas “Atividades de financiamento” (56,62%), principalmente com “Transferências para a União”.
6. No exercício de 2014, recursos do “Caixa e Equivalente de Caixa” (4,52%) e das “Atividades de Investimento” (95,48%), principalmente com a reversão de “Aplicações Financeiras”, foram utilizadas nas “Atividades Operacionais” (99,51%), para cobrir o déficit operacional, e nas “Atividades de financiamento” (0,49%), exclusivamente com pagamento de “Empréstimos e Financiamentos”.
7. No exercício de 2015, recursos do “Caixa e Equivalente de Caixa” (19,73%) e das “Atividades de Investimento” (80,27%), principalmente com a reversão de “Aplicações Financeiras”, foram utilizadas nas “Atividades Operacionais” (99,69%), para cobrir o déficit operacional, e nas “Atividades de financiamento” (0,31%), exclusivamente com pagamento de “Empréstimos e Financiamentos”.
8. No exercício de 2016, recursos obtidos com as “Atividades de Investimento” (15,81%), principalmente com a reversão de “Aplicações Financeiras”, e com as “Atividades de financiamento” (84,19%), exclusivamente com obtenção de “Empréstimos e Financiamentos”, foram utilizadas nas “Atividades Operacionais” (38,81%), para cobrir o déficit operacional, e no acréscimo do “Caixa e Equivalente de Caixa” (61,19%).
9. Ressalta-se que no período 2011-2016:
10. As “Atividades Operacionais” geraram recursos (saldo positivo) até o exercício de 2012 e no restante do período passaram a consumir recursos (saldo negativo), seguindo a tendência do “Lucro Líquido do Período”. Entretanto, no acumulado, as “Atividades Operacionais” geraram recursos (saldo positivo).
11. As “Atividades de Investimento” consumiram recursos (saldo negativo) no exercício de 2011, principalmente em aplicações financeiras, e no restante do período passaram a gerar recursos (saldo positivo), principalmente, com a reversão de aplicações financeiras. No acumulado, as “Atividades de Investimento” geraram recursos (saldo Positivo).
12. As “Atividades de Financiamento” consumiram recursos (saldo negativo) até o exercício de 2015, principalmente em transferências para a União (exercícios de 2011 a 2013), e no exercício de 2016 passaram a gerar recursos (saldo positivo), exclusivamente, com a obtenção de empréstimos. No acumulado, as “Atividades de Financiamento” consumiram recursos (saldo negativo).

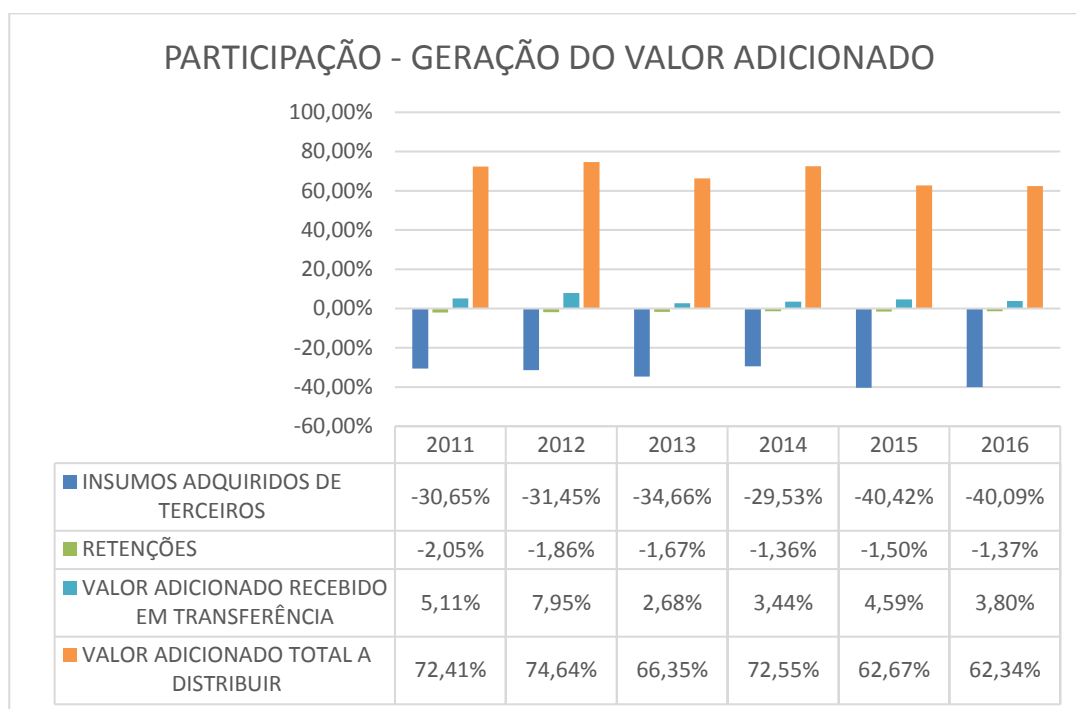
13. No acumulado, a subconta “Caixa e Equivalente de caixa”, no período em referência, apresentou crescimento de aproximadamente 26%. Este crescimento deve-se ao resultado acumulado positivo das “Atividades Operacionais” e das “Atividades de Investimento”, que foram superiores ao resultado acumulado negativo da “Atividade de Financiamento”.

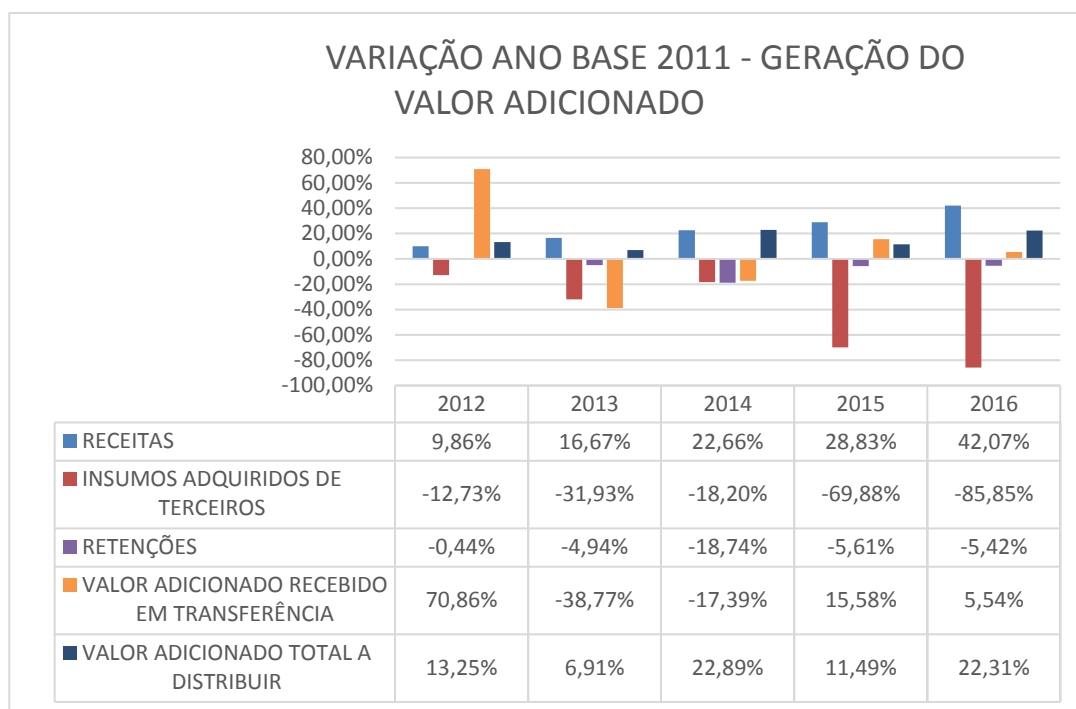
2.5. Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

1. Para cada exercício compreendido entre o Período de 2011 a 2016 foi realizada Análise Horizontal e Vertical em todas as contas da Demonstração do Valor Adicionado, em relação à geração de valor e sua respectiva distribuição.

Geração do Valor Adicionado

2. Em relação a Geração de Valor Adicionado, a análise vertical fornece a variação na participação dos grupos em relação a “Receitas” e a análise horizontal fornece a variação linear em relação ao exercício de 2011, conforme os gráficos a seguir:



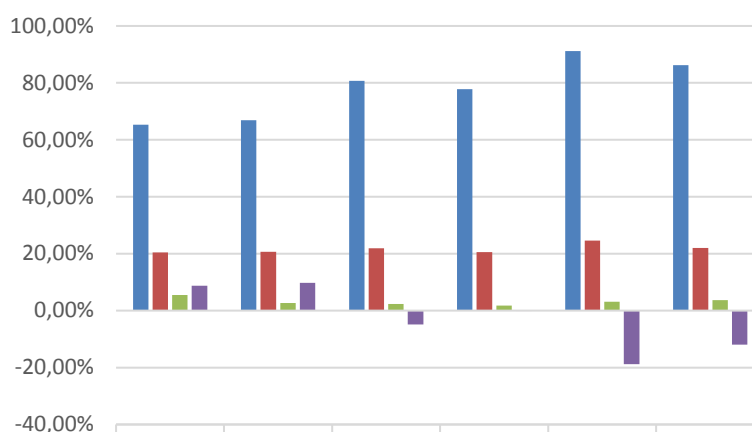


3. Pela análise da geração de valor adicionado, no período, a participação do “Valor Adicionado Total a Distribuir”, em relação a “Receita”, apresentou um decréscimo de aproximadamente 13,91%, mesmo com um crescimento linear, de aproximadamente 22,31%.
4. Este fato deve-se, principalmente, ao aumento da participação dos “Insumos Adquiridos de Terceiros”, em relação a “Receita”, que no período apresentou um crescimento de 30,80%, decorrente de um crescimento linear de aproximadamente 85,85%, correspondendo, praticamente, o dobro do crescimento linear da “Receita”, de aproximadamente 42,07%.
5. O crescimento linear elevado da conta “Insumos Adquiridos de Terceiros” deve-se, principalmente, ao crescimento linear da subconta “Custo dos Serviços Prestados”, de aproximadamente 34,93%, e da subconta “Provisões Diversas”, de aproximadamente 1.631,73% (principalmente nos exercícios de 2015 e 2016). Estas contas, no exercício de 2016, representam 69,62% e 26,17%, respectivamente, do valor total da conta “Insumos Adquiridos de Terceiros”.

Distribuição do Valor Adicionado

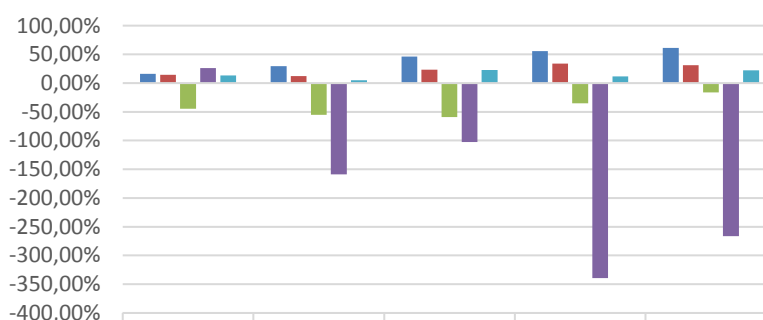
6. Em relação a Distribuição de Valor Adicionado, a análise vertical fornece a variação na participação de cada grupo em relação ao valor total distribuído e a análise horizontal fornece a variação linear em relação ao exercício de 2011, conforme os gráficos a seguir:

PARTICIPAÇÃO - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	65,33%	66,93%	80,67%	77,84%	91,12%	86,23%
REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	20,46%	20,67%	21,92%	20,52%	24,55%	21,96%
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	5,44%	2,65%	2,32%	1,80%	3,16%	3,74%
REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	8,76%	9,75%	-4,91%	-0,16%	-18,83%	-11,92%

VARIAÇÃO ANO BASE 2011 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



	2012	2013	2014	2015	2016
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	16,02%	29,47%	46,42%	55,50%	61,43%
REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	14,39%	12,34%	23,26%	33,77%	31,26%
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	-44,82%	-55,27%	-59,35%	-35,29%	-16,02%
REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	26,02%	-158,74%	-102,30%	-339,49%	-266,40%
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	13,25%	4,86%	22,89%	11,49%	22,31%

7. Pela análise da distribuição de valor adicionado, verifica-se que a “Remuneração do Trabalho” absorve grande parte dos recursos distribuídos. No período, a participação, em relação ao valor total distribuído, apresentou um aumento de aproximadamente 32,00%, decorrente, principalmente, de um crescimento linear, de aproximadamente 61,43%, valor este, maior que o crescimento linear apresentado pelo valor total distribuído, de aproximadamente 22,31%. Este fato deve-se, praticamente, ao crescimento dos gastos com salários, honorários, benefícios e encargos sociais,

refletido, um aumento dos custos com pessoal sem o correspondente aumento de valor gerado.

8. A “Remuneração do Governo” é o segundo grupo que mais absorve os recursos distribuídos. No período, a participação, em relação ao valor total distribuído, apresentou um pequeno aumento, de aproximadamente 7,33%, decorrente, principalmente, de um crescimento linear de aproximadamente 31,26%, valor este, também, maior que o crescimento linear do valor total distribuído (22,31%). O crescimento apresentado deve-se, também, ao aumento dos custos com pessoal, visto que na maior parte do período a empresa apresentou prejuízo, e a partir do exercício de 2016, iniciou o reconhecimento da Imunidade Tributária.
9. A participação da “Remuneração do Capital de Terceiros” no período, apresentou uma redução, de aproximadamente 31,25%, decorrente, principalmente, de um decréscimo linear de aproximadamente 16,02%. Este fato reflete, em grande parte, a redução dos gastos com aluguéis, juros e variação cambial.
10. A “Remuneração dos Acionistas”, nos dois primeiros exercícios do período (2011 e 2012), apresentaram saldo positivo, e no restante do período, apresentaram saldo negativo, devido a geração crescente de prejuízos.

5. FATORES QUE IMPACTAM A ATUAL SITUAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

1. Entre os principais fatores que impactam a atual situação econômica financeira da empresa, destacam-se:
2. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício 256/2017-PRESI/SEGER/DEREL;*
3. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício 256/2017-PRESI/SEGER/DEREL;*
4. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício 256/2017-PRESI/SEGER/DEREL;*
5. Elevação dos Custos com Pessoal – No período de 2011 a 2016, o quantitativo de funcionários dos Correios subiu, apenas, 0,43%, passando de 114.972 para 115.469 funcionários, enquanto o custo total com funcionários, sem considerar o benefício pós emprego, aumentou 62,61%, passando de R\$ 7.595.577.278,00 para R\$ 12.351.333.130. Este aumento foi maior que a inflação registrada pelo IPCA, no período, de aproximadamente 40,28%;

6. Elevação dos Custos com Benefício Pós-Emprego – No período de 2011 a 2016, a despesa com benefício pós emprego aumentou 345,80%, passando de R\$ 118.671.000,00 para R\$ 410.366.000,00, tendo a despesa com previdência complementar aumentado 464,65%, passando de R\$ 41.394.000,00 para R\$ 192.337.000,00, e a despesa com plano de saúde aumentado 282,14%, passando de R\$ 77.277.000,00 para R\$ 218.029.000,00. Este aumento se deve, principalmente, ao reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 (R1), implantado a partir do exercício de 2013;
7. Elevação dos Custos com Insumos – No período de 2011 a 2016, a despesa com insumos, excluindo os referentes a despesa com “pessoal”, aumentou 179,73%, passando de R\$ 2.973.311.000,00 para R\$ 5.343.898.000,00. Este aumento foi maior que a inflação registrada pelo IPCA, no período, de aproximadamente 40,28%;
8. Redução nas Aplicações Financeiras – No período de 2011 a 2016, o volume de recursos em aplicações financeiras reduziu 66,01%, passando de R\$ 5.993.293.000,00 para R\$ 2.036.960.000,00. Esta redução impactou diretamente no resultado financeiro, e conseqüentemente, no resultado de cada período;
9. Transferência elevada de recursos para a “União” nos três primeiros exercícios do período – Nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 foram repassados para a União (controlador), a título de dividendos e juros sobre capital próprio, R\$ 1.743.000.000,00, R\$ 825.000.000,00 e R\$ 401.100.000,00, respectivamente, totalizando quase 3 bilhões transferidos. Estes valores transferidos reduziram drasticamente a capacidade de investimento da empresa, e conseqüentemente, a sua viabilidade econômica financeira.

6. MEDIDAS DE CURTO E LONGO PRAZO PROPOSTAS PELA EMPRESA

1. Em resposta a Solicitação de Auditoria nº 01700921/001 a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT encaminhou o Ofício 073/2017-PRESI/SEGER/DEREL contendo o detalhamento das principais medidas, de curto e longo prazo, que estão sendo tomadas para a melhoria da situação econômica financeira da empresa.
2. As medidas apresentadas no Ofício 073/2017-PRESI/SEGER/DEREL, serão considerados como recomendações a serem atendidas. O alcance das metas estabelecidas no quadro demonstrativo das medidas de curto e longo prazo, a seguir apresentadas, serão verificados no processo contínuo de acompanhamento da gestão da Empresa por parte da CGU.
3. Reverter a atual tendência de declínio do volume de encomendas e objetos tratados e transportados;

4. Melhoria da qualidade dos serviços prestados, visando a redução do volume de indenizações pagas, e conseqüentemente, da quantidade de encomendas e objetos atrasados, extraviados, roubados, avariados e espoliados;
5. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017;*
6. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017;*
7. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017;*
8. Redução dos custos com os principais insumos, excluindo os referentes a despesa com “pessoal”, utilizados no processo operacional da empresa;
9. Reversão da tendência de deterioração das margens bruta, operacional e líquida, de forma individualizada, como também, o prazo estimado para que a empresa volte a gerar lucro após implantação das medidas.
10. Alerta-se apenas que diversas medidas estão baseadas na atuação de agentes externos e em premissas que podem não ser cumpridas em razão de decisões políticas, colocando em risco a execução e o prazo de implementação de determinadas ações constantes do referido quadro. Contudo, independente de decisões externas, é de suma importância que as medidas de reestruturação interna se mantenham em andamento a fim de que a ECT apresente continuidade operacional e de investimentos no setor.
11. Quadro Demonstrativo com as medidas de curto e longo prazos a serem implementadas:

QUADRO DEMONSTRATIVO COM MEDIDAS DE CURTO E LONGO PRAZOS DOS CORREIOS										
Medidas adotadas ou a serem implementadas	Ações x Relatório CGU	Impacto Médio Anual (R\$ milhões)				Variação (%)			Comentários	Status
		2017	2018	2019	2020	2018/17	2019/18	2020/19		
Aumento ou Manutenção de Receitas										
Renovação do Contrato de Correspondente de Banco Postal - 36 meses	7	262,00	329,00	366,00	-	25,6%	11,2%	-100,0%	contrato ECT x BB em andamento desde jan/17	Concluída
Reajuste Tarifário de 7,485%	3 e 7	460,78	732,62	782,26	823,28	59,0%	6,8%	5,2%	aplicação da variação da ISP em 2017	Concluída
Manutenção de Tarifa Postal - Recomposição (8,898%)	3 e 7	264,00	839,50	896,39	943,38	218,0%	6,8%	5,2%	em discussão com o MF, MP e MCIIC perenidade da tarifa provisória concedida por 21 meses	Em andamento
Política Tarifária - Impactos	3 e 7	-	413,71	436,84	545,51		5,6%	24,9%	montantes cumulativos dos índices aplicados	A realizar
Política Tarifária - Índices de reajuste (Índice de Serviços Postais - ISP)	3 e 7		4,24%	4,20%	4,98%				previsão da variação do ISP (Índice Serv Postais)	A realizar
Implementação de Nova Política Comercial (Encomendas)	1 e 7	203,00	215,18	229,76	241,80	6,0%	6,8%	5,2%	Valores atualizados pelo ISP estimado para os próximos anos	Em andamento
Correios Celular (MVNO)	7	7,00	25,34	50,69	89,93	262,1%	100,0%	77,4%	Implantação do projeto em andamento	Em andamento
Projeto EDEI	7	25,00	69,00	85,00	90,00	176,0%	23,2%	5,9%	Resultados condicionados à publicação de Instrução Normativa da RFB para expansão do projeto	Em andamento
Licitação da Folha de Pagamento dos Correios	7	-	132,00	-	-					A definir e, se viável, realizar
Margem de Lucratividade líquida - percentual	7	0%	2,20%	2,50%	3,80%		13,6%	52,0%	proposições de margens da consultoria para os próximos anos	A realizar
Subtotal 1		1.221,78	2.756,35	2.846,94	2.733,90	125,6%	3,3%	-4,0%		
Economia e Recuperação de Despesas										
Redução dos gastos com Funções Gratificadas	4	60,00	70,00	74,20	77,34	16,7%	6,0%	4,2%		Concluída
Programa de Desligamento Incentivado - PDI - Redução de 6.260 empregados	4	542,73	839,29	875,97	912,49	54,6%	4,4%	4,2%	até jul/17 programa já desligou cerca de 6.000 empregados	Concluída
Redução de Efetivo - montante	4		192,00	400,13			108,4%	-100,0%	Redução ao custo médio mensal de ago/2017	A realizar
Redução de Efetivo - nº empregados	4		2.000	2.000					quantidade média anual de desligamentos de empregados (turnover)	A realizar
Contingenciamento de Investimentos	2 e 6	400,00	-	-	-	-100,0%			Bloqueio de Investimentos em 2016 e 2017 (R\$ 400 milhões/ano)	Concluída
Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício 256/2017-PRESI/SEGER/DEREL										
Compensação de Créditos Fiscais (IRPJ/C&SL Referente às Retenções Fiscais)	6 e 7	237,00	251,00	-	-	5,9%	-100,0%		Imunidade tributária com base na jurisprudência do STF e em aplicação na empresa fechamento BP 2016	Em andamento
Subtotal 2		1.239,73	1.373,35	1.372,24	1.012,71	10,8%	-0,1%	-26,2%		
Redução nas Despesas de Pessoal (necessita decisão TST)										
Compartilhamento do Plano de Saúde - Postal Saúde - Proposta dos Correios	4 e 5	-	489,50	518,89	540,82		6,0%	4,2%	Depende de novo ACT com a devida Mediação no TST (impacto com base na proposta TST)	Em andamento
Ações Referentes aos Gastos com Salários, Encargos e Benefícios	4 e 5	-	717,40	747,53	779,30		4,2%	4,3%	Depende de novo ACT (Mediação TST). Atualizado pelo IPCA 4,2% em 2018; 4,25% em 2019	Discussão de ACT 2017/18
Subtotal 3		-	1.206,90	1.266,42	1.320,12		4,9%	4,2%		
Total		2.461,51	5.336,60	5.485,40	5.066,72	116,8%	2,8%	-7,6%		

Legenda Ações x Relatório CGU:

- 1 - Declínio de Vendas
- 2 - Qualidade dos Serviços
- 3 - Tarifa
- 4 - Pessoal Encargos s/ BPE
- 5 - Pessoal Encargos c/ BPE
- 6 - Outros Dispendios Correntes
- 7 - Margem
- 8 - Dividendos

7. RECOMENDAÇÕES

Apresentar periodicamente, junto com a elaboração dos demonstrativos contábeis trimestrais, a evolução da implementação das medidas propostas constantes no Quadro Demonstrativo do item 6 deste relatório, juntamente com o detalhamento dos resultados alcançados.

Apresentar nos próximos Relatórios de Gestão (2017 a 2020), de forma consolidada, a evolução da implementação das medidas propostas e os resultados alcançados, em comparação as medidas propostas, principalmente, em relação ao Quadro Demonstrativo do item 6 deste relatório.

8. CONCLUSÃO

A partir da análise das demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT foi possível realizar um diagnóstico da situação econômico-financeira da unidade e verificar as principais ocorrências que impactaram os demonstrativos no período de 2011 a 2016.

Verificou-se um impacto na sustentabilidade da empresa com a transferência elevada de recursos para a União, nos três primeiros exercícios do período analisado - 2011, 2012, 2013, ocasionando redução significativa na capacidade de investimento da empresa no curto prazo.

O aumento exponencial das despesas diretas com pessoal e de Benefícios pós emprego (saúde e previdência) representam o principal risco à continuidade operacional da ECT.

No período, devido ao constante aumento dos Prejuízos Acumulados, o “Patrimônio Líquido” reduziu drasticamente. Seguindo esta tendência de geração de “Prejuízo”, considera-se que sem a injeção de recursos por parte do controlador (União), já no exercício de 2017, a empresa irá apresentar “Passivo a Descoberto”, e por consequência, agravamento da sua atual situação econômica financeira.

Se as medidas propostas (recomendações) não forem implementadas, no curto prazo, para ampliação da receita e redução dos custos, principalmente em relação aos Benefícios Pós-Emprego, a empresa irá se tornar gradativamente dependente de recursos transferidos pela “União” para o seu custeio, transformando-se, portanto, em uma empresa dependente.

Assim, considerando-se a importância das ações apresentadas no Ofício 073/2017-PRESI/SEGER/DEREL, a CGU realizará acompanhamento da implementação das medidas propostas (recomendações) e avaliará a eficácia das mesmas em momento oportuno.

9. ANEXOS

Conteúdo das Manifestações encaminhadas à CGU pela ECT durante a realização da Auditoria

Ofício 073/2017-PRESI/SEGER/DEREL

1. Em atendimento ao pedido de informações referente à Auditoria nº 201700921/001, que trata de avaliação da evolução econômico-financeira dos Correios entre os anos de 2011 e 2016, apresentamos os esclarecimentos e respostas aos questionamentos apontados, bem como o quadro demonstrativo com as medidas de curto e longo prazos dos Correios (anexo) adotadas ou a serem implementadas nos próximos exercícios, originárias das manifestações das áreas técnicas, gestoras desses respectivos temas, encaminhadas por meio dos memorandos de referência.
2. Com o intuito de reverter o quadro de sucessivos prejuízos e com vistas a garantir sua sustentabilidade econômica, a partir deste ano, os Correios instituíram, por meio da parceria com a consultoria técnica especializada Accenture, o Programa DEZem 1, que tem como principais objetivos: tornar a Empresa uma organização mais competitiva, apoiar na reversão de sua atual situação econômico-financeira e melhorar a eficiência operacional.
3. O Programa DEZ em 1 está dividido em 5 (cinco) etapas, a saber:
4. a. Revisão do Plano Estratégico vigente e Definição de um Modelo de Gestão Estratégica - Aprovada pelos colegiados competentes, em julho de 2017, com as seguintes ações previstas: implantação de serviços de diversificação de receitas, estruturação de projetos de diversificação, de acordo com a estratégia aprovada, e identificação de oportunidades de diversificação de receitas;
5. b. Orçamento Base Zero – OBZ - Tem por objetivo dar maior visibilidade e transparência ao orçamento, propondo uma nova governança para este instrumento de planejamento e controle, identificando oportunidades "top down" de redução de custos e seu monitoramento. Entre as ações previstas nessa etapa, destacamos: revisão do processo orçamentário, revisão da metodologia de cálculo de margem de contribuição de produtos, revisão do próprio custeio de acordo com o novo modelo operacional, definição de um modelo de gestão de performance e reportes gerenciais, quantificação dos custos de atendimento a critérios da universalização;
6. c. Modelo Operacional - Consiste em redefinir a estrutura organizacional dos Correios, estabelecendo critérios para um modelo operacional futuro, por meio das seguintes ações: otimização da rede de tratamento, revisão dos processos de planejamento de vendas, operações e rentabilidade e otimização da rede logística;

7. d. Priorização e otimização dos Processos - Define critérios para a priorização e definição dos processos-chave para posterior otimização - encontra-se em desenvolvimento. Esta etapa foi subdividida em quatro ondas, ou seja, momentos para tratar especificamente dos processos relacionados a: Tratamento - produtividade de tratamento de encomendas e postal; Distribuição - produtividade em encomendas e postal; Coleta e Entrega - produtividade de entrega e coleta de encomendas, unificação de entrega postal e encomendas, e Captação de atacado.
8. e. Planejamento do Programa, Gestão da Mudança e Monitoramento dos Resultados das Etapas de Trabalho - Suporta o desenvolvimento das demais fases, tendo em vista a complexidade que possuem.
9. Cabe ressaltar que todo o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa está sendo implementado com respeito às alçadas de responsabilidade dos órgãos gestores operacional e administrativo, bem como, quando necessária, com a aprovação pela alta liderança da Empresa (Conselho de Administração e Diretoria Executiva).
10. Além das iniciativas citadas acima, os Correios também vêm adotando uma série de ações para alavancar sua atividade econômica e promover a redução de custos. Dentre essas ações, destacamos as medidas apresentadas abaixo, que visam potencializar o crescimento do volume de encomendas, reverter a tendência de declínio do tráfego e melhorar a qualidade dos serviços prestados no segmento de encomendas.
11. a. Revisão do portfólio de encomendas: projeto de reposicionamento dos produtos de encomendas nas linhas da arquitetura de remessas postais, fortalecendo os atributos de cada serviço;
12. b. Implantação dos pacotes de serviços de encomendas para a Política Comercial: gestão dos clientes para concessão do pacote que melhor o atenda e monitoramento dos resultados de receita;
13. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
14. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
15. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
16. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*

17. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
18. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
19. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
20. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
21. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
22. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
23. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
24. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
25. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
26. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
27. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
28. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*

29. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017*
30. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017*
31. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017*
32. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017*
33. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017*
34. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
35. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
36. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
37. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
38. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
39. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
40. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*

41. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
42. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
43. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
44. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
45. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
46. b. Medidas para redução de delitos conjuntamente aos órgãos de segurança pública: Junto a Polícia Federal, foram implementadas ações com o NRCP/DELEPAT/SR/DPF e NRCP/DPF/NEG para subsidiar investigações realizadas pela Delegacia e apoiar ações específicas com vistas a diminuir os delitos sofridos pelos Correios em áreas críticas de criminalidade;
- Com a Polícia Rodoviária Federal, realizou-se interação por meio de contatos e reuniões com o grupo de inteligência da PRF e troca de informações para subsidiar ações específicas, a exemplo da Rota Segura. Já com a Polícia Militar, a interação é feita de forma diária com os Comandantes dos Batalhões, para maior ostensividade e/ou repasse de informações estratégicas para a inteligência da PM;
 - Concomitante a tais ações, foram encaminhados mensalmente a Polícia Civil ofícios e estatísticas contendo as informações dos locais dos fatos, modus operandi. Unidades envolvidas, outros dados dos delitos e detalhamentos das informações sobre quadrilhas atuando na circunscrição da Delegacia;
47. c. Medidas para Redução de Extravios:
- Aplicação do PDCA - Plano de Controle e Avaliação de Riscos no Processo Operacional. Desde janeiro/2017, os Correios reformataram a aplicação do PDCA, de modo que as unidades visitadas fossem escolhidas com base na quantidade de objetos extraviosados;
 - Implementação de Controle de Acesso em todas as Unidades de Tratamento, Terminais de Carga e Centros de Entrega de Encomendas, visando, principalmente, restringir o acesso de pessoas não autorizadas e objetos pessoais ao salão operacional;
 - Realização de inspeções focadas em períodos e unidades operacionais previamente determinadas, visando a verificação de assunto específico, entre eles, os extravios e divergência de saldo nas unidades de atendimento;
 - Criação de interface entre os sistemas Fale Conosco, SCPP, SRO, BDF e ERP, visando validação de dados dos clientes e análise segura de procedência;
48. d. Medidas para a recuperação de Valores Indenizados por Motivo de Extravio:

- Implementação de Indicador Corporativo de Extravio;
 - Retomada das Inspeções;
 - Projeto de implementação do Termo de Recuperação de Valor Indenizado (TRVI) para recuperação de valores indenizados com responsabilidade definida, substituindo, da forma mais automatizada possível, os procedimentos pós-indenização de apuração de extravios internos com responsabilidade definida.
49. Espera-se que esse conjunto de medidas tenham como efeito a melhoria dos índices atuais de qualidade e produtividade e que resultem na redução relativa do impacto das indenizações no resultado organizacional. Cabe destacar que os valores dispendidos com indenizações são monitorados mensalmente pelas áreas envolvidas, para avaliação das ações implementadas e em andamento, objetivando o equilíbrio financeiro dos Correios.
50. Em relação à defasagem tarifária, os Correios obtiveram revisão tarifária sob a forma de recomposição, no percentual de 8,898%, autorizada por meio da Portaria MF N°934, de 9 de dezembro de 2015, e da Portaria MC N° 6.698, de 11 de dezembro de 2015. Essa atualização das tarifas postais, com vigência de 14/12/2015 a 11/09/2017, deu-se em atendimento às exposições apresentadas na Nota Técnica 085/2015 - GPEF/DEFIN, encaminhada pelos Correios aos Ministérios da Fazenda e das Comunicações. A recomposição ocorreu em função do período compreendido entre 19/06/2012 e 12/06/2014, no qual os Correios não tiveram reajuste tarifário.
51. *Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício nº 2/2017-GCEX-DEREL-SEGER, de 16/11/2017.*
52. Dentre as principais medidas para redução de custos com pessoal e encargos sociais, estão o Programa de Demissão Incentivada-PDI e o Plano de Redução de Funções, detalhados a seguir:
53. a. PDI- Conforme aprovado na 460 Reunião Ordinária da Diretoria Executiva - REDIR/2016, ocorrida em 22/11/16, na 100 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração RECA/2016 de 23/11/16 e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/MP, Nota Técnica 18.279/2016-MP, de 30/12/16, foi realizado o Plano de Desligamento Incentivado - PDI/2017 no primeiro semestre de 2017;
54. b. Plano de Redução de Funções - Foram aprovados pela Diretoria Executiva dos Correios, em sua 1ª Reunião Ordinária, de 03/01/2017, Relatório VIFIC 005/2017, os novos valores de orçamento de funções gerenciais e técnicas dos Correios, com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2017. Com base na proposta de reestruturação dos órgãos, o orçamento de funções apresentou redução mensal da ordem de R\$5,2 milhões, representando cerca de 23,7% do orçamento atual, com a implementação da medida.
55. Além das iniciativas de redução de custos com pessoal e encargos descritas acima, a Área de Gestão de Pessoas dos Correios elaborou proposta de adequação dos benefícios concedidos aos empregados dos Correios aos patamares definidos na CLT, considerando que atualmente os Correios praticam índices superiores aos exigidos em lei por força de Acordo Coletivo de Trabalho. As rodadas de negociações do

ACT2017/2018 com o movimento sindical iniciarão ainda neste mês de agosto/2017, onde serão discutidas essas medidas, que estão sujeitas à aprovação em Acordo Coletivo de Trabalho, e, caso não acatadas, serão submetidas à decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

56. Sobre o pós-emprego Postal Saúde, as iniciativas de redução de custos com o Custeio do Plano de Saúde estão sendo negociadas - por mediação do TST- desde 07/04/2017 e, se aplicadas, irão refletir diretamente na redução do cálculo do Pós-Emprego.
57. Com relação às medidas que estão sendo tomadas pela Direção dos Correios para a redução dos custos com os principais insumos utilizados no processo operacional da empresa, excluindo os referentes às despesas com "pessoal", destacamos as seguintes ações:
58. a. A primeira medida adotada foi o recolhimento do saldo orçamentário disponível nos sistemas ERP e SPO, para os exercícios 2016 e 2017, em 05/10/2016, à exceção das contas orçamentárias com característica de registro, como contas de pessoal, encargos, assistência médica, benefícios e as ligadas à despesas financeiras.
59. Decorrente dessa medida, as liberações de aporte de dotação orçamentária estão sendo priorizadas para as seguintes demandas:
- Atendimento à obrigação Judicial/Imposição Legal e Regulatório (Mandatário), com parecer favorável da Área Jurídica ou laudo da área técnica (Exemplo: laudo da área de engenharia para notificações de prefeituras, corpo de bombeiros, defesa civil etc);
 - Prorrogação de contratos com valor global suprimido, conforme medida aprovada na REDIR/2016, seguindo a ordem de prioridades pela relevância econômica:
 - a. Contratos com valor global suprimido entre 20% e 25%;
 - b. Contratos com valor global suprimido entre 15% e 19%;
 - c. Contratos com valor global suprimido entre 10% e 14%.
 - Prorrogação de contratos, em caráter excepcional, com data de "Fim de Vigência Atual" no ERP até 31/10/2016;
 - Termos Aditivos em contratos (repactuação, reequilíbrio e reajuste) assinados até 31/10/2016;
 - Orçamento para as contas do Grupo Pessoal, Encargos, Benefícios e Assistência Médica, garantidos pela ACT 2016/2017;
 - Contratos oriundos de Dispensa de licitação - DL Emergencial;
 - Orçamento para Bloqueio de Empenho (Portal de Serviços) nas contas de serviços essenciais para a operação (Ex. água, energia elétrica, combustível, limpeza, manutenção, deslocamento de volantes etc);
 - Solicitação de bloqueio de RMS referente à Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, que serão analisadas pontualmente;
 - Termo de Confissão de Dívida - TCD, somente aqueles vinculados diretamente a eventuais pendências de execução contratual, que serão analisadas pontualmente;
60. b. No que se refere à medida voltada à restrição do Orçamento de Investimento, informamos que a Empresa limitou os investimentos previstos no PPA 2016-2019 para os exercícios de 2016 e 2017 nos seguintes montantes:
- R\$400 milhões de limite orçamentário de investimento no exercício 2016;
 - R\$400 milhões de limite orçamentário de investimento no exercício 2017;

61. c. Substituição dos contratos de limpeza no formato de postos de serviços pelo formato de metro quadrado com critérios de qualidade, uma vez que este último já se encontra em plena execução nos Correios, sendo comprovada uma economia alcançada na ordem de 17% em relação aos contratos substituídos;
62. d. Contratação de pessoas física (autônomo) para prestação dos serviços de limpeza de agências criadas e instaladas, nas categorias 5 e 6, unidades que não ofertam os serviços de banco postal, considerando a maior oportunidade de redução da despesa se a prestação dos serviços ocorrer em 8h/semanais, devendo ser observadas as particularidades locais;
63. e. Revisar os requisitos operacionais dos projetos das unidades de tratamento de grande porte, com redução de área construída e visando menores investimentos em infraestrutura e redução dos gastos com contratos de facilities e utilities;
64. f. Aprovação dos projetos de Energia Alternativa Fotovoltaica e eficiência energética. Em relação aos projetos que visam a utilização de energia alternativa fotovoltaica, informamos que estes encontram-se em fase de anteprojeto e contemplam três unidades, são elas: CTCE Cuiabá, CEE BH, CEE Salvador. Quanto à eficiência energética, temos resultados relacionados com a redução no consumo de energia nos principais prédios, que correspondem a 50% do consumo total de energia dos Correios, conforme dados de 2015 e 2016.
65. g. Racionalização da carteira imobiliária, buscando a melhor utilização dos imóveis próprios e redução dos custos com locação de imóveis, conforme diretrizes da Política Imobiliária;
66. h. Aumento no prazo de ressuprimento de uniformes;
67. i. Substituição de todos os itens de uniforme de atendimento por camisa em malha unissex. Em relação ao uniforme de atendimento, estão sendo trocadas 8 peças (camisa em tecido feminina e masculina - manga curta e longa, calça, saia, cardigan e salopete) por 1 peça única (camisa unissex em malha). Esta ação resultará em redução no orçamento necessário para aquisição de uniforme de atendimento, bem como na gestão de estoques, envio, armazenagem, visto que agora será utilizada apenas uma peça.
68. Como reflexo da implantação de todas as medidas apresentadas, a expectativa da empresa para os próximos anos é de recuperação de suas margens de lucratividade, visando possibilitar a geração de resultados líquidos positivos que permitam suportar os níveis de investimentos necessários à modernização e expansão dos Correios.
69. No que diz respeito aos impactos ocasionados pela transferência elevada de recursos para a União, nos três primeiros exercícios do período analisado - 2011, 2012, 2013, esclarecemos que os cálculos apresentados a seguir consideram os recursos efetivamente transferidos à União comparativamente com os dividendos obrigatórios de 25%.

70. Os valores dos recursos transferidos e dos dividendos obrigatórios foram corrigidos pela Selic, utilizada como proxy dos rendimentos das aplicações dos Correios para o período analisado.

Em R\$ milhões

Exercício	Transferências para União corrigidas até 31/12/2013. (a)	Transferências para União corrigidas até 31/12/2016. (b)	Dividendos obrigatórios (25%) corrigidos até 31/12/2013. (c)	Dividendos obrigatórios (25%) corrigidos até 31/12/2016. (d)	Transferências excedentes corrigidas até 31/12/2013. (e) = (a) - (c)	Transferências excedentes corrigidas até 31/12/2016. (f) = (b) - (d)	Receita Financeira. (g)=(f)-(e)	Receita Financeira Líquida do IR. (R)
2011	2.158,75	3.091,96	282,66	404,85	1.876,09	2.687,11	-x-	-x-
2012	881,54	1.262,62	246,26	353,57	635,28	910,05	-x-	-x-
2013	401,33	574,99	268,43	384,47	132,90	190,52	-x-	-x-
Total	-x-	-x-	-x-	-x-	2.644,27	3.787,68	1.143,41	971,90

71. A tabela a seguir apresenta os prejuízos dos Correios nos exercícios de 2014 a 2016 corrigidos pelo IPCA, até 31/12/2016 e o prejuízo acumulado considerando a estimativa da receita financeira líquida apontada na tabela anterior. Pode-se dizer que o prejuízo no período mencionado foi aproximadamente 35% superior em decorrência da transferência elevada de recursos para a União no período de 2011 a 2013.

Em R\$ milhões

Exercício	Lucro Líquido corrigido até 31/12/2016. (L)	Lucro Líquido corrigido ajustado. (P) = (L) - (R)	Impacto da Receita Financeira no Resultado. (Imp) = (L/P) - 1
2014	-23,89	-x-	-x-
2015	-2.254,62	-x-	-x-
2016	-1.489,51	-x-	-x-
Total	-3.768,02	-2.796,12	34,76%

72. Sob outro aspecto, cabe observar que os investimentos previstos no PPA 2012 – 2015 foram da ordem de R\$ 4,4 bilhões e que a realização de investimentos no período limitou-se a cerca de R\$ 2,0 bilhões. Deve-se acrescentar que a previsão de realização dos investimentos no PPA 2016 - 2019 é da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Para o exercício de 2018, a proposta da Empresa é de R\$ 2,4 bilhões que compreende o previsto no PPA para o exercício e inclui os valores não realizados nos primeiros dois anos, acrescidos da realização das inversões financeiras da CorreiosPar, devendo tal montante ser suportado por meio de aumento de capital da União, de forma a permitir a recuperação da qualidade dos serviços nos níveis de outrora.
73. É sabido pela Direção dos Correios que o segmento de atuação da Empresa tem como característica transformações rápidas e constantes em escala mundial, sendo necessário ter como um dos seus principais propósitos priorizar, corporativamente, o estabelecimento de objetivos que proporcionem uma perenidade empresarial e viabilize o alcance de uma posição de liderança no ambiente postal.
74. Finalmente, segue, em anexo, tabela contendo as medidas de melhorias que a Empresa vem implementando com o objetivo de retomar seu equilíbrio econômico-financeiro e, assim, garantir a continuidade de investimentos fundamentais para a recuperação dos padrões de qualidade históricos, aliados ao ganho de mercado e consequente reversão do cenário financeiro atual.

QUADRO DEMONSTRATIVO COM MEDIDAS DE CURTO E LONGO PRAZOS DOS CORREIOS										
Medidas adotadas ou a serem implementadas	Ações x Relatório CGU	Impacto Médio Anual (R\$ milhões)				Variação (%)			Comentários	Status
		2017	2018	2019	2020	2018/17	2019/18	2020/19		
Aumento ou Manutenção de Receitas										
Renovação do Contrato de Correspondente de Banco Postal - 36 meses	7	262,00	329,00	366,00	-	25,6%	11,2%	-100,0%	contrato ECT x BB em andamento desde jan/17	Concluída
Reajuste Tarifário de 7,485%	3 e 7	460,78	732,62	782,26	823,28	59,0%	6,8%	5,2%	aplicação da variação da ISP em 2017	Concluída
Manutenção de Tarifa Postal - Recomposição (8,898%)	3 e 7	264,00	839,50	896,39	943,38	218,0%	6,8%	5,2%	em discussão com o MF, MP e MCIIC perenidade da tarifa provisória concedida por 21 meses	Em andamento
Política Tarifária - Impactos	3 e 7	-	413,71	436,84	545,51		5,6%	24,9%	montantes cumulativos dos índices aplicados	A realizar
Política Tarifária - Índices de reajuste (Índice de Serviços Postais - ISP)	3 e 7		4,24%	4,20%	4,98%				previsão da variação do ISP (Índice Serv Postais)	A realizar
Implementação de Nova Política Comercial (Encomendas)	1 e 7	203,00	215,18	229,76	241,80	6,0%	6,8%	5,2%	Valores atualizados pelo ISP estimado para os próximos anos	Em andamento
Correios Celular (MVNO)	7	7,00	25,34	50,69	89,93	262,1%	100,0%	77,4%	Implantação do projeto em andamento	Em andamento
Projeto EDEI	7	25,00	69,00	85,00	90,00	176,0%	23,2%	5,9%	Resultados condicionados à publicação de Instrução Normativa da RFB para expansão do projeto	Em andamento
Licitação da Folha de Pagamento dos Correios	7	-	132,00	-	-					A definir e, se viável, realizar
Margem de Lucratividade líquida - percentual	7	0%	2,20%	2,50%	3,80%		13,6%	52,0%	proposições de margens da consultoria para os próximos anos	A realizar
Subtotal 1		1.221,78	2.756,35	2.846,94	2.733,90	125,6%	3,3%	-4,0%		
Economia e Recuperação de Despesas										
Redução dos gastos com Funções Gratificadas	4	60,00	70,00	74,20	77,34	16,7%	6,0%	4,2%		Concluída
Programa de Desligamento Incentivado - PDI - Redução de 6.260 empregados	4	542,73	839,29	875,97	912,49	54,6%	4,4%	4,2%	até jul/17 programa já desligou cerca de 6.000 empregados	Concluída
Redução de Efetivo - montante	4		192,00	400,13			108,4%	-100,0%	Redução ao custo médio mensal de ago/2017	A realizar
Redução de Efetivo - nº empregados	4		2.000	2.000					quantidade média anual de desligamentos de empregados (turnover)	A realizar
Contingenciamento de Investimentos	2 e 6	400,00	-	-	-	-100,0%			Bloqueio de Investimentos em 2016 e 2017 (R\$ 400 milhões/ano)	Concluída
Informações suprimidas por solicitação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em função de sigilo, conforme Ofício 256/2017-PRESI/SEGER/DEREL										
Compensação de Créditos Fiscais (IRPJ/C&SL Referente às Retenções Fiscais)	6 e 7	237,00	251,00	-	-	5,9%	-100,0%		imunidade tributária com base na jurisprudência do STF e em aplicação na empresa fechamento BP 2016	Em andamento
Subtotal 2		1.239,73	1.873,35	1.372,24	1.012,71	10,8%	-0,1%	-26,2%		
Redução nas Despesas de Pessoal (necessita decisão TST)										
Compartilhamento do Plano de Saúde - Postal Saúde - Proposta dos Correios	4 e 5	-	489,50	518,89	540,82		6,0%	4,2%	Depende de novo ACT com a devida Mediação no TST (impacto com base na proposta TST)	Em andamento
Ações Referentes aos Gastos com Salários, Encargos e Benefícios	4 e 5	-	717,40	747,53	779,30		4,2%	4,3%	Depende de novo ACT (Mediação TST). Atualizado pelo IPCA 4,2% em 2018; 4,25% em 2019	Discussão de ACT 2017/18
Subtotal 3		-	1.206,90	1.266,42	1.320,12		4,9%	4,2%		
Total		2.461,51	5.336,60	5.485,60	5.066,72	116,8%	2,8%	-7,6%		

Legenda Ações x Relatório CGU:

- 1 - Declínio de Vendas
- 2 - Qualidade dos Serviços
- 3 - Tarifa
- 4 - Pessoal Encargos s/ BPE
- 5 - Pessoal Encargos c/ BPE
- 6 - Outros Dispendios Correntes
- 7 - Margem
- 8 - Dividendos

Ofício 177-PRESI/SEGER/DEREL

1. Em atenção ao Ofício nº 16238/2017/CGLOG/DAE/SFC-CGU, que trata do encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria nº: 201700921, informamos que de acordo com o posicionamento das áreas técnicas, gestoras desses respectivos temas, não há qualquer manifestação adicional a ser apresentada.